

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1ª PARCIAL
EXERCÍCIO 2018

Comissão Própria de Avaliação – CPA

ARAGUATINS – TO
2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Alexandro Ferreira de Souza

Reitor
Antonio da Luz Júnior

Diretor-Geral do *Campus* Araguatins
Josafá Carvalho Aguiar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Comissão instituída pela Portaria nº 246/2019/AGT/REI/IFTO, de 27 de agosto de 2019.

Segmento Docente:

Moisés Laurence de Freitas Lima Junior – Lic. em Computação

Ancelmo Frank Coelho Castro – Lic. em Computação

Darcy Alves do Bomfim – Lic. em Biologia

Marco Aurélio Gomes de Oliveira – Lic. em Biologia

Ilsamar Mendes Soares– Lic. em Biologia

Raimundo Francisco dos Santos Filho – Eng. Agronômica

Tarcísio da Silva Vieira – Eng. Agronômica

Segmento Técnico Administrativo:

Rafael Pereira Soares da Rocha

Samuel Soares da Silva

Segmento Discente:

Mateus de Souza Miranda

Rafaela Matos Araújo

Lista de figuras

Figura 1: Reunião extraordinária da CPA.....5
Figura 2: Representação da CPA no Colégio de dirigentes do IFTO.....6
Figura 3: Apresentação da CPA no Conselho Pedagógico 2019 (Campus Palmas).....7
Figura 4: campi e Polos de Educação à Distância do IFTO no estado do Tocantins.....16
Figura 5: Participação dos segmentos discente e docente nas atividades de planejamento.....29
Figura 6: Participação dos TAE’s nas atividades de planejamento.....30
Figura 7: Avaliação da comunidade quanto ao trabalho realizado pela CPA.....31
Figura 8: Participação dos discentes, docentes e TAE’s nas atividades avaliativas.....31
Figura 9: Conhecimento da Missão e do PDI do IFTO (%).....32
Figura 10: Coerência entre as atividades de ensino, pesquisa, produção científica e extensão com a missão institucional.....34
Figura 11: Avaliação do IFTO quanto a contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Estado.....35
Figura 12: Dimensão 2 (discentes).....37
Figura 13: Dimensão 2 (discentes).....38
Figura 14: Dimensão 2 (discentes).....38
Figura 15: Dimensão 2 (discentes).....39
13Figura 16: Dimensão 2 (docentes).....40
Figura 17: Dimensão 2 (docentes).....41
Figura 18: Dimensão 2 (docentes).....41
Figura 19: Dimensão 2 (TAE's).....42
Figura 20: Dimensão 2 (TAE's).....42
Figura 21: Dimensão 4 (discentes).....43
Figura 22: Dimensão 4 (docentes).....44
Figura 23: Dimensão 4 (TAE's).....45
Figura 24: Dimensão 9 (discentes).....46
Figura 25: Dimensão 9 (discentes).....46
Figura 26: dimensão 9 (docentes).....47
Figura 27: Dimensão 9 (TAE's).....48

Lista de tabelas

Tabela 1: Participantes da Pesquisa.....9
Tabela 2: Plano de Trabalho para o triênio 2019-2021.....11



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Sumário

1 INTRODUÇÃO....3
1.1 Objetivos da autoavaliação....7
1.1.1 Objetivo Geral....7
1.1.2 Objetivos Específicos....7
2 METODOLOGIA....8
2.1 Metodologia da pesquisa....8
2.2 A Técnica e o Instrumento de Pesquisa....9
2.3 Plano de Trabalho....10
3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL....13
3.1 Descrição da unidade....15
3.1.1 Campus Araguatins....15
3.2 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional....16
3.2.1 Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação....16
3.3 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional....20
3.3.1 Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional....20
3.3.2 Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição....22
3.4 Eixo 3: Politicas Acadêmicas....24
3.4.1 Dimensão 4- Comunicação com a sociedade....33
3.4.2 Dimensão 9 - Em relação à política de atendimento aos discentes....36
4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES....40
4.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional....40
4.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação....40
4.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional....41
4.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional....41
4.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição....41
4.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas....41
4.3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão....41
4.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade....44
4.3.3 Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes....45
5 PLANO DE AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE....48
6. REFERÊNCIAS....50
7. ANEXOS....51

APRESENTAÇÃO

Este relatório de autoavaliação institucional atende à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação Nacional da Educação Superior – SINAES, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e também ao Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de maio de 2006, que dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, assim como atende à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Neste relatório, também foram consideradas as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES/MEC, tendo como objetivo central estabelecer dados e informações para reunir proposições que possibilitem o aumento da eficiência acadêmica por meio da melhoria constante da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, da assistência estudantil, assim como da própria gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

A elaboração deste relatório de autoavaliação institucional segue as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 9 de outubro de 2014, que estabelece o roteiro para a elaboração de relatórios de autoavaliação institucional, e tem como objetivo descrever as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito do IFTO e, principalmente, apresentar uma autoavaliação crítica, propositiva e independente que possa apontar direcionamentos de ações na instituição, propiciando o aprimoramento desta.

Este é o 1º Relatório Parcial referente ao triênio 2019-2021, e apresenta o resultado da Avaliação Institucional do IFTO que teve como base o ano de 2018. Ele foi elaborado a partir da aplicação de questionários respondidos pelos servidores do quadro técnico-administrativo em educação, docentes do ensino técnico e superior e discentes de vários cursos técnicos e superiores no período 2018/2. Além disso, o presente documento apresenta um plano de trabalho e um cronograma de execução das próximas avaliações que acontecerão em 2020 e 2021, explicitando a forma de trabalho da comissão, o planejamento de aplicação de questionários que visam avaliar as

atividades desenvolvidas em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, contemplando todos os eixos do instrumento de avaliação e as propostas de ações para melhoria da instituição.

A Avaliação Institucional é realizada anualmente pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do IFTO em parceria com as subcomissões de cada *campus*, composta por membros representantes dos seguimentos docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil que são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e redação deste relatório, o qual é disponibilizado à comunidade interna, à Reitoria e ao Ministério da Educação.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes envolvidos em todo o processo. Assim ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social (SINAES, 2004).

No processo de avaliação das instituições, está incluída a avaliação interna ou autoavaliação, que tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (SINAES, 2004).

Por meio da identificação das fragilidades e das potencialidades da instituição, nas dez dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004, esta *autoavaliação* é um importante instrumento para a tomada de decisão, pois contém um relatório abrangente com análises, críticas e sugestões para a melhoria da qualidade do ensino.

Considerando que a avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual se constrói o conhecimento sobre sua própria realidade, este relatório permite conhecer a compreensão da comunidade interna quanto aos significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, as informações coletadas com docentes, técnicos administrativos e discentes foram sistematizadas e analisadas coletivamente, desvendando formas de organização, administração e ação e identificando pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, para estabelecer estratégias de superação de problemas.

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação – CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. A CPA do IFTO conta, na sua composição, com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade do IFTO e, também, da sociedade civil organizada. As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização foram objeto de regulação própria aprovadas pelo Conselho Superior, órgão colegiado máximo da instituição.

Neste sentido, a avaliação institucional tem sido realizada anualmente pela CPA em parceria com as subcomissões de cada *campus*, que em sua composição possuem membros representantes dos seguimentos docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil e que são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e redação deste relatório, o qual é disponibilizado à comunidade interna, à Reitoria e ao Ministério da Educação. Os atuais representantes da CPA do IFTO foram nomeados pela Portaria no 389/2019/REI/IFTO, de 28 de março de 2019.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes da participação e interesse da comunidade interna, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa. Nesse processo, buscou-se a sensibilização da comunidade interna na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões e palestras. Cabe ressaltar que, neste primeiro relatório parcial, o envolvimento da comunidade interna ainda foi pequeno, contudo se acredita que, na continuidade das ações avaliativas, novos sujeitos iniciarão sua participação no processo avaliativo, quais sejam estudantes, membros do corpo docente ou técnico-administrativo.

As dimensões consideradas neste processo de avaliação institucional foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º. Nesta avaliação, que compreende o 1º Relatório Parcial do triênio 2019-2021, utilizou-se como base o ano de 2018 e foram analisadas as dimensões 1, 2, 4, 8 e 9 que envolvem, respectivamente: a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional; as Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; a Comunicação com a Sociedade; o Planejamento e a Avaliação Institucional; e a Política de Atendimento aos Discentes. A definição dos eixos e dimensões de avaliação que estão contemplados no 1º Relatório Parcial do triênio 2019-2021 foi discutida em reunião extraordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2019, conforme 1.



Figura 1: Reunião extraordinária da CPA - Institucional.

Antes do período de coleta de dados, o presidente da comissão própria avaliação participou da reunião do Colégio de Dirigentes do IFTO (Codir), ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2019 (2), para comunicar aos diretores de campi o início do período de autoavaliação, bem como a necessidade da participação de toda a comunidade interna nesse processo avaliativo. Destacamos também nessa reunião o papel importante que a CPA desempenha frente a avaliação dos cursos de graduação e da instituição.



Figura 2: Representação da CPA no Colégio de dirigentes do IFTO.

Especificamente nos campi do IFTO, as subcomissões da CPA realizaram um trabalho de divulgação e esclarecimentos, junto à comunidade interna, sobre o processo de autoavaliação que a CPA conduziria no período 26/02 a 06/03 do corrente ano. No *Campus* Araguatins, a comissão da CPA Local, solicitou um espaço oportuno junto a Direção-Geral, para que apresentasse algumas diretrizes, e como será feito o processo de avaliação dos questionários, bem como a importância da participação de todos os segmentos nesse processo, conforme apresentado na 3 a seguir.



Figura 3: Reunião CPA - Araguatins



Para realizar a etapa de coleta de informações, foram apresentados à comunidade interna do IFTO três questionários: um para ser preenchido pelos docentes, outro para os estudantes e o terceiro para os técnicos administrativos. Os questionários foram diferenciados em algumas questões, levando-se em consideração o contexto espacial particular de cada segmento avaliado.

Após a coleta, os dados foram tabulados, gerando tabelas que refletiram estatisticamente o que pensa cada integrante da comunidade interna acerca da situação atual da estrutura do IFTO – *Campus* Araguatins. O trabalho de consolidação do presente relatório só aconteceu após as etapas de análise e de debate ocorridas no âmbito da CPA.

1.1 Objetivos da autoavaliação

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, com base nos dados e análises produzidos nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Descrever a percepção da comunidade interna em relação à autoavaliação institucional do IFTO;
2. Identificar as potencialidades, aspectos com conceitos mínimos e fragilidades ou aspectos que requerem melhorias da instituição e dos cursos;
3. Conferir publicidade às informações coletadas e analisadas pela CPA;
4. Subsidiar as tomadas de decisões para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão à gestão do *campus* Araguatins.

2 METODOLOGIA

2.1 Características do *Campus*

A região Norte do Brasil, em sua organização política e administrativa, está dividida em sete Estados, sendo um deles o Estado do Tocantins, o mais novo da federação, cuja capital é Palmas. Nesse Estado está localizada a instituição de ensino superior nas quais se encontram os docentes, técnicos administrativos em educação – TAEs e discentes que participaram do presente estudo.

O IFTO – *Campus* Araguatins é uma instituição pública de ensino técnico e superior, localizada na cidade de Araguatins – TO. Conta com os cursos técnicos integrados na área de Agropecuária e Redes de Computadores e no que se refere ao ensino superior, temos os cursos de Bacharelado em Engenharia Agronômica, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Computação. Ressaltamos ainda que a instituição oferta o curso de pós-graduação lato sensu em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais.

A amostra da pesquisa foi constituída a partir do quadro de docentes, TAEs e discentes, que atuam nos cursos ofertados no IFTO, conforme apresentadas na Tabela 1

2.2 Metodologia da pesquisa

A metodologia adotada para avaliação da instituição foi a aplicação de questionário fechado aos integrantes da comunidade interna. Esse formulário foi disponibilizado eletronicamente por meio de links encaminhados ao e-mail institucional de todos os servidores e como mensagem no sistema acadêmico, de forma a alcançar todos os discentes do IFTO, conforme segue: docentes – (https://forms.gle/secXF4dunfwfJ8ax9); TAE – (https://forms.gle/XqXjDhNYhGqP2Fys7); e discentes (https://forms.gle/GvcmjNcutWmpZ64Z7). Em virtude da finalização do calendário ter ocorrido no início de 2019, optou-se pela disponibilização do formulário no período de 26 de fevereiro a 09 de março de 2019, sendo ainda possível obter uma significativa participação dos discentes matriculados no segundo semestre de 2018, em comparação ao ano anterior.

Em relação a divulgação do período de autoavaliação interna, a presidência da CPA encaminhou a todos os discentes, por meio do sistema acadêmico (SIGA-EPCT-11.1), notificações em 25/02/2019, 26/02/2019, 01/03/2019 e 07/03/2019 alertando-os do prazo e da importância de

participação. Quanto aos servidores, o setor de jornalismo da reitoria publicou 1 matéria sobre a CPA e a importância da autoavaliação (http://portal.ifto.edu.br/noticias/participe-do-processo-confira-como-acessar-seu-formulario.1) e enviou quatro e-mails a lista dos servidores convidando-os a participarem, conforme podemos observar nos Apêndices 1, 2, 3 e 4.

A síntese do quantitativo da população e da amostra da nossa pesquisa envolvendo o IFTO – Campus Araguatins pode ser visualizada na Tabela 1.

TABELA 1: PARTICIPANTES DA PESQUISA

		População	Amostra
Discentes	PROEJA e Outros	0	0
	Técnico	718	88
	Superior	553	126
	Pós-Graduação	0	0
Docentes		77	11
TAE		117	7

Segundo os dados apresentados na 1, a população e a amostra da pesquisa envolvendo a comunidade interna do IFTO – Campus Araguatins, a população no segmento discente foram divididos por níveis de ensino, sendo que para os cursos técnicos integrados na área de Agropecuária e Redes de Computadores é de 718 discentes e no ensino superior para os cursos de Bacharelado em Engenharia Agronômica, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Computação uma população de 553 discentes. No segmento docente a população a ser pesquisada foi de 77 servidores e para o segmento Técnico Administrativo em Educação uma população de 117 servidores. Relativamente cada segmento da comunidade interna, a amostra correspondente segmento total dos discentes é de 16% da população, sendo 12% para os discentes dos cursos técnicos integrados e de 22% para os discentes dos cursos de graduação. Em relação ao segmento docente, a amostra foi de 14% da população. Para o segmento dos servidores técnico-administrativos em educação, a amostra foi 5% da população.

2.3 A Técnica e o Instrumento de Pesquisa

Nesta pesquisa recorremos à técnica do inquérito, utilizando para tanto o instrumento denominado como questionário. Visando ao sigilo necessário à pesquisa científica, não foi solicitada aos participantes a identificação nominal, mas, para evitarmos que o questionário fosse respondido mais de uma vez pela mesma pessoa, solicitamos a identificação pelo número do CPF.

Conforme citado anteriormente, a autoavaliação institucional foi realizada utilizando como base um instrumento específico para cada um dos três segmentos: docente, discente e TAE. A elaboração desse instrumento tomou como referência o questionário utilizado pela Comissão Própria de Avaliação do IFTO nos anos anteriores.

Para tornar o questionário mais direto e de fácil entendimento, algumas perguntas foram reestruturadas, e as respostas reorganizadas numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondem a: 0 (zero) – Não sabe, não se aplica; 1 (um) – Muito ruim; 2 (dois) – Ruim; 3 (três) – Regular; 4 (quatro) – Bom e 5 (cinco) – Excelente.

Os questionários foram estruturados de acordo com as dimensões preconizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e organizados conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014. Nesta primeira parcial, foram abordados os três primeiros eixos e suas respectivas dimensões, dispostas na seguinte ordem:

Eixo 1: Questionário e resultado da amostragem para Discente, Docente e TAE;
Eixo 2: Questionário e resultado da amostragem para Discente, Docente e TAE;
Eixo 3: Questionário e resultado da amostragem para Discente, Docente e TAE..

2.4 Plano de Trabalho

As demais dimensões serão analisadas nos anos seguintes, de forma que sejam inseridas ao longo do desenvolvimento do Relatório Integral que será elaborado em 2021, abrangendo os cinco eixos, que contemplarão as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A 2 mudar de tabela para quadro demonstra o Plano de Trabalho da CPA para o triênio 2019-2021 e sintetiza as atividades que serão executadas pela CPA ao longo desse período.

TABELA 2: PLANO DE TRABALHO PARA O TRIÊNIO 2019-2021

	2019	2020	2021
Fevereiro	Realizar reuniões e/ou seminários sobre a importância da avaliação institucional e dos cursos de graduação no âmbito do IFTO.	Elaborar o relatório da CPA referente ao exercício de 2019 – 2ª parcial do triênio contemplando os eixos 2, 4 e 5.	Elaborar o Relatório Integral da CPA referente ao triênio 2019-2021 contemplando todos os eixos (1, 2, 3, 4 e 5).
Março	Conduzir o processo interno de avaliação do IFTO referente aos eixos 1, 2 e 3 e sistematizar as informações obtidas por meio desse processo.	-	-
	Elaborar o relatório da CPA referente ao exercício de 2018 – 1ª parcial do triênio contemplando os eixos 1, 2 e 3.	-	-
	Protocolar no sistema do e-MEC o 1º Relatório Parcial da CPA.		
Abril	- Elaborar e consolidar o plano de ações estratégicas que será executado pelos *campi*. - Oferecer sugestões para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão desenvolvidos na instituição, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação.		
	- Realizar reuniões com as subcomissões da CPA distribuídas por região, para apresentação do Plano de Trabalho: • Região sul: Gurupi, Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. • Região norte: Araguatins, Araguaína, Colinas do Tocantins e Pedro Afonso. • Centro: Palmas, Reitoria, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Dianópolis.		
Abril e Junho	Revisar o Regimento Interno da CPA aprovado pela Resolução nº 71/2013/CONSUP/IFTO, de 11 de dezembro de 2013.	-	-
Junho	Promover encontros de divulgação dos resultados da avaliação interna e externa, para os servidores e os discentes, para que os participantes possam analisar e propor sugestões de melhorias na instituição.		

Outubro	Conduzir o processo interno de avaliação do IFTO referente aos eixos 2, 4 e 5 e sistematizar as informações obtidas por meio desse processo.	Conduzir o processo interno de avaliação do IFTO referente aos eixos 1, 3 e 4 e sistematizar as informações obtidas por meio desse processo.	Conduzir o processo interno de avaliação do IFTO referente aos eixos 2, 4 e 5 e sistematizar as informações obtidas por meio desse processo.

Fonte: Comissão Própria de Avaliação.

Importante destacar que, além dessas atividades que correspondem à coordenação geral, em atendimento ao disposto no art. 18 do Regimento Interno da CPA do IFTO, estão previstas reuniões ordinárias da CPA, na primeira segunda-feira útil de cada mês.

Além disto, serão realizadas visitas a todas as subcomissões de cada unidade do IFTO no intuito de acompanhar os trabalhos de avaliação de cada curso superior dos *campi* e contribuir com o processo de sensibilização da comunidade interna para os processos de avaliação institucional.

3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Sistema de Educação Profissional no Brasil efetuou reformas significativas de natureza estrutural para compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço científico e tecnológico. Nessa perspectiva, tem-se buscado um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante para o desenvolvimento sustentável dos Estados, mediante assinatura e execução de cláusulas conveniais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

A história dos Institutos Federais tem início em 23 de setembro de 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha criou no Brasil a Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto n° 7.566, que se destacou, ao longo do tempo, no contexto educacional brasileiro, como ilhas de excelência na qualidade de formação profissional. A partir dessas unidades de ensino, foram criadas as Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje majoritariamente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei n° 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu art. 5°, determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: … XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins”, equiparando-os às universidades federais.

Adiciona ainda o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, estimula a pesquisa, a produção cultural e a extensão vinculada à responsabilidade social e o vínculo direto com a melhoria do ensino médio. Estabelece o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos integrados de nível médio, 20% para as licenciaturas e 30% para outras ofertas, cuja Missão e Visão Institucional são dispostas em seu Estatuto, conforme segue:

> ***Missão do IFTO***
> Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Visão do IFTO
Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável".

O Instituto Federal do Tocantins possui uma Reitoria, que se localiza em Palmas, e além dos campi Araguatins e Palmas, os quais lhe deram origem, ainda é composto pelos campi Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e pelos campi avançados Formoso do Araguaia, Pedro Afonso e Lagoa da Confusão, estes três últimos em fase de implantação, e ainda conta com os polos de educação a distância, conforme pode ser visualizado na 4

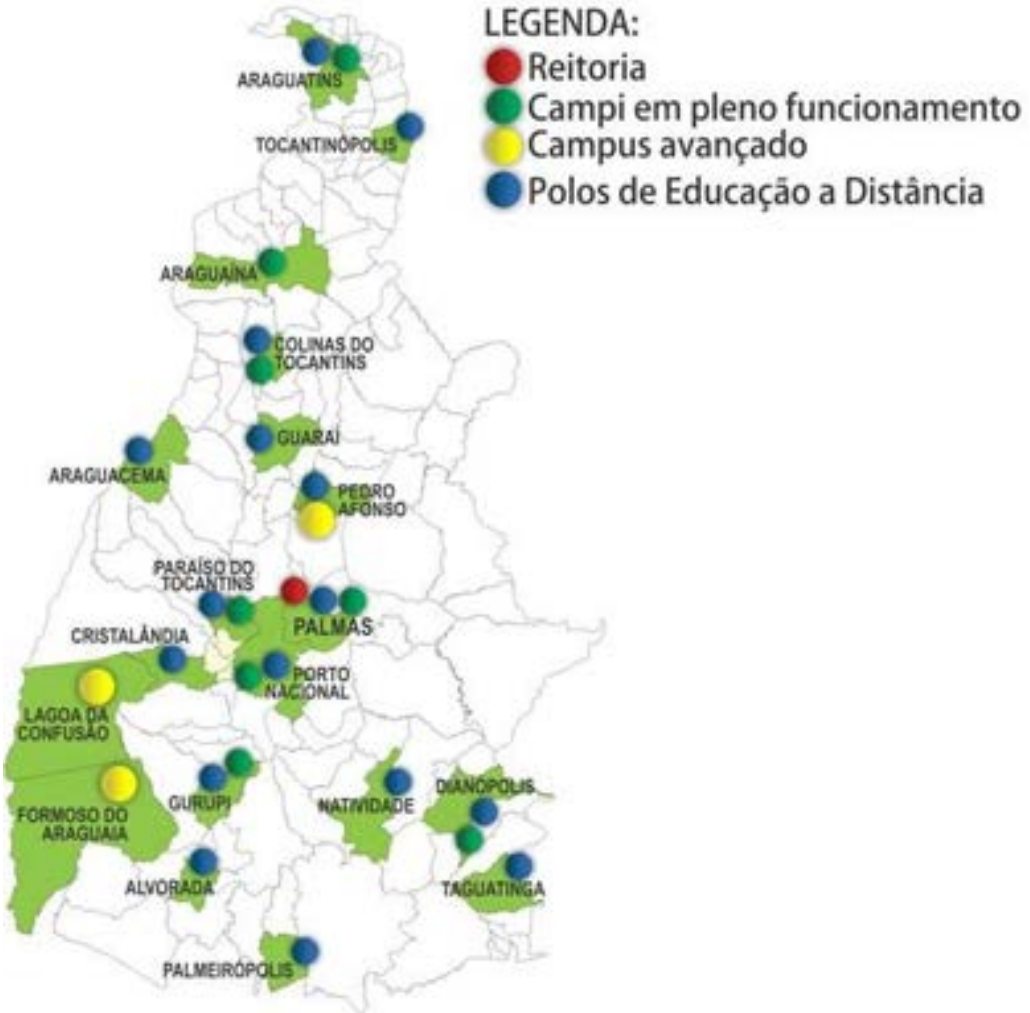

Figura 4: campi e Polos de Educação à Distância do IFTO no estado do Tocantins

3.1 Descrição da unidade

3.1.1 Campus Araguatins

A Escola Agrotécnica Federal de Araguatins foi criada pelo Decreto nº 91.673, em 20 de setembro de 1985, com o escopo de oferecer 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

A instalação da Escola Agrotécnica Federal foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia – Tocantins – Getat. O Getat foi autorizado a adotar providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda para aceitação, pela União, da doação de uma área de 561,84 hectares de terras férteis banhadas pelo rio Taquari em 8 km de extensão, no município de Araguatins, em consonância com a Lei Municipal n° 321, de 8 de outubro de 1984, para a instalação da Escola Agrotécnica Federal.

Em 16 de novembro de 1993, pela Lei nº 8.731, a Escola foi convertida em uma Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731), a Escola foi convertida em Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Técnico de nível médio nas habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

Após a criação do IFTO, em 2009, o *campus* passou a ofertar também cursos superiores, em Licenciatura em Computação e Ciências Biológicas e, em 2010, o curso de Bacharelado em Agronomia. Atualmente, atende cerca de 1300 estudantes distribuídos nos cursos de nível médio e superior. O *campus* disponibiliza alojamento masculino para 100 alunos.

O *campus* é constituído de diversas Unidades Educativas de Produção – UEPs, setores para a prática nas áreas de Agropecuária, merecendo destaque a apicultura, piscicultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, equinocultura, agroindústria, fruticultura, culturas anuais (mandioca, milho, feijão, arroz, soja e cana-de-açúcar), mecanização agrícola, topografia, irrigação e drenagem, olericultura, jardinagem, cooperativismo, extensão rural, produção de mudas e



agrossilvicultura. Além disso, possui laboratórios de biologia, química, bromatologia, física, microbiologia, citogenética, análises de solo e oito laboratórios de informática, com um total de 259 computadores; entre esses laboratórios, consta o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE.

O *campus* dispõe ainda de um ginásio poliesportivo para as práticas esportivas e de lazer, uma piscina semiolímpica, centro de cultura, centro de capacitação, prédio com 20 salas de aula, prédio de 12 salas de aula com espaço de convivência, e prédio de 32 salas, exclusivo para o ensino superior, refeitório com capacidade para atender 600 estudantes por dia. O *campus* conta ainda com 2 auditórios: o primeiro (prof. Francisco Gerardo) com capacidade para 100 pessoas e o outro (Pioneiros) para 250 pessoas.

O *Campus* Araguatins está situado no Povoado Santa Tereza, Km 05, zona rural de Araguatins, CEP 77950-000.

3.2 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

3.2.1 Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação

Para assegurar o atendimento ao princípio da garantia do padrão de qualidade listado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entende-se necessário garantir também a valorização do profissional da educação escolar, a gestão democrática do ensino, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Nesse intuito, e observando o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, em específico os elementos que nele são elencados como essenciais à constituição do planejamento institucional, o IFTO tem buscado o aumento de cursos e vagas, priorizando a manutenção da qualidade do ensino público. Para isso, utiliza como instrumentos de planejamento o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Plano Anual de Atividades Institucionais – PAAI que são disponibilizados a toda a comunidade via página institucional.

Os indicadores descritos no PDI possuem metas que são desdobradas em ações e atividades operacionais, através do PAAI, em que cada unidade do Instituto pode contribuir para o alcance das estratégias. A princípio, o PAAI havia sido construído apenas com a participação das Diretorias e

Gerências, mas a partir de 2017, a utilização de um sistema informatizado, para compilar as informações, possibilitou a participação de todos os servidores e permitiu a disponibilização do plano e suas avaliações em tempo real.

A avaliação da participação dos estudantes nas ações de planejamento das atividades acadêmicas e a participação dos docentes no planejamento das ações de sua coordenação, foram coletadas por meio de questionário e podem ser visualizadas na 5.

Percebe-se que mais de 50% dos discentes avaliaram como boa ou excelente a participação do seu segmento nas atividades de planejamento e menos de 15% consideram ruim ou muito ruim. Entre os docentes o percentual de participantes que avaliou essa participação como boa e excelente teve o mesmo patamar que entre os discentes, chegando a pouco mais que 50% do total, nenhum docente avaliou sua participação como: Não sabe ou não se aplica, muito ruim ou ruim. 27,25% foi a portagem dos que acham regular, tanto para discentes quanto para docentes.[1]

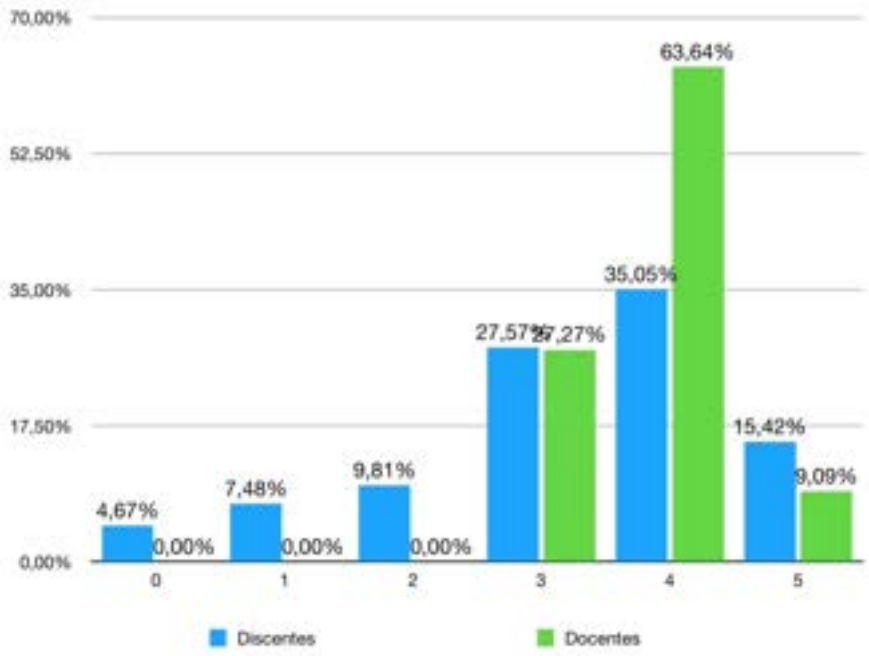

Figura 5: Participação dos segmentos discente e docente nas atividades de planejamento. Respostas dispostas em escala de 0 (zero) a 5 (cinco), onde: 0 corresponde a - Não sabe, não se aplica; 1 - Muito ruim;.

Para os servidores técnico-administrativos em educação – TAEs, as perguntas foram mais específicas e demonstraram que 42,9% dos participantes consideram a participação do seu segmento nas atividades de planejamento da unidade muito ruim. Em contrapartida, quase 60% dos participantes consideram a participação desse segmento neste planejamento regular ou boa. Em relação às atividades de planejamento do setor de trabalho, mais de 40% dos TAEs avaliaram como boas ou excelentes. A menor avaliação obtida nessa dimensão refere-se à participação dos TAEs nas atividades de planejamento das atividades acadêmicas, somente 28% avaliaram como boa e nenhum como excelente, conforme 6.

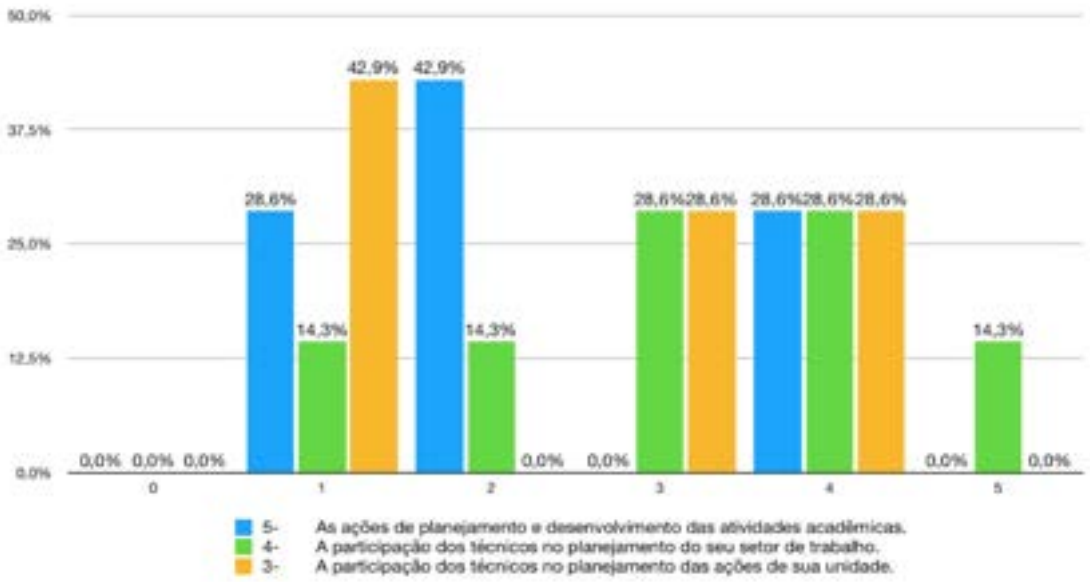

Figura 6: Participação dos TAE's nas atividades de planejamento

A Avaliação Institucional é realizada anualmente pela própria gestão, por meio do Relatório de Gestão, e pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que, para isso, conta com os resultados dos questionamentos realizados a toda a comunidade interna.

A primeira pergunta direcionada aos três segmentos refere-se ao trabalho realizado pela CPA. De acordo com a 7, o percentual de discentes e docentes que não souberam avaliar essa questão foi muito alto, mais de 18,2% e 16,4%, respectivamente. O percentual de docentes que avaliaram como ruim ou muito ruim o trabalho da CPA também foi relevante, 36% dos



participantes. Em contrapartida, 50% dos discentes e cerca de 36% dos TAEs e docentes que participaram da pesquisa consideram o trabalho da CPA como bom ou excelente.

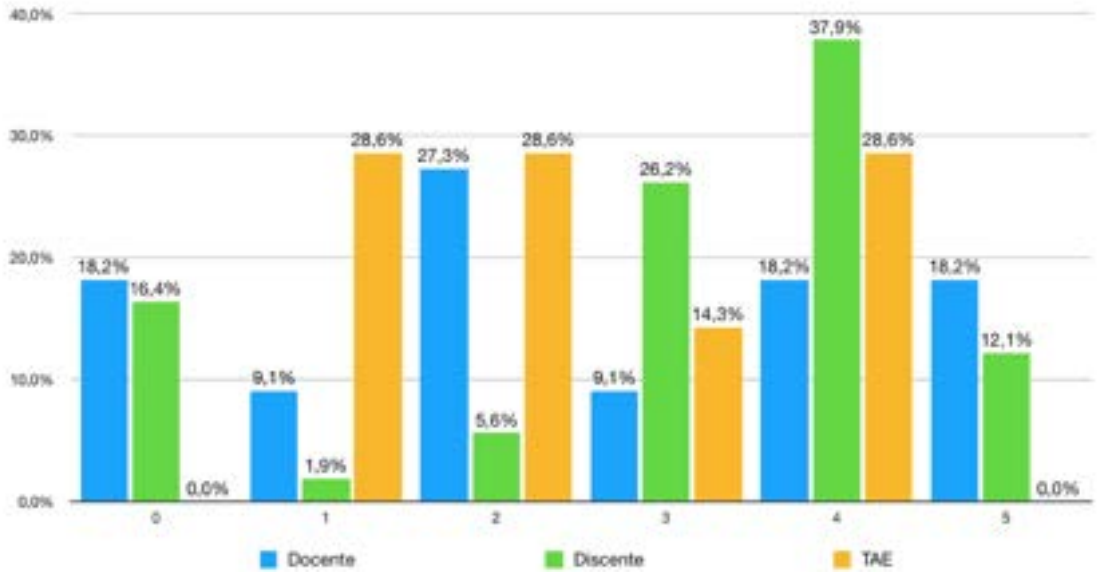

Figura 7: Avaliação da comunidade quanto ao trabalho realizado pela CPA

Observando a 7 e relacionando-a com a 1, percebe-se que houve um baixo interesse por parte da comunidade acadêmica em preencher o questionário, tendo um percentual baixo em todos os segmentos. Entre os docentes o percentual de participação desta pesquisa foi de 14%, entre os discentes foi 16%, entre os TAEs esse percentual foi de apenas 5% da população. Deve-se pontuar que o período desta avaliação coincidiu com a finalização do semestre letivo.

As demais perguntas desta dimensão, direcionadas aos participantes, também podem ser avaliadas em conjunto e referem-se à avaliação da participação dos discentes, docentes e TAEs nas atividades avaliativas da instituição. Conforme pode ser visualizado na 8 , as melhores avaliações foram dos segmento discente e docente, ambas com mais de 50% consideram a participação do seu segmento como boa ou excelente. A pior avaliação foi do segmento técnico, quase 30% dos participantes consideram a participação dos técnicos como ruim ou muito ruim e nenhum acha excelente.

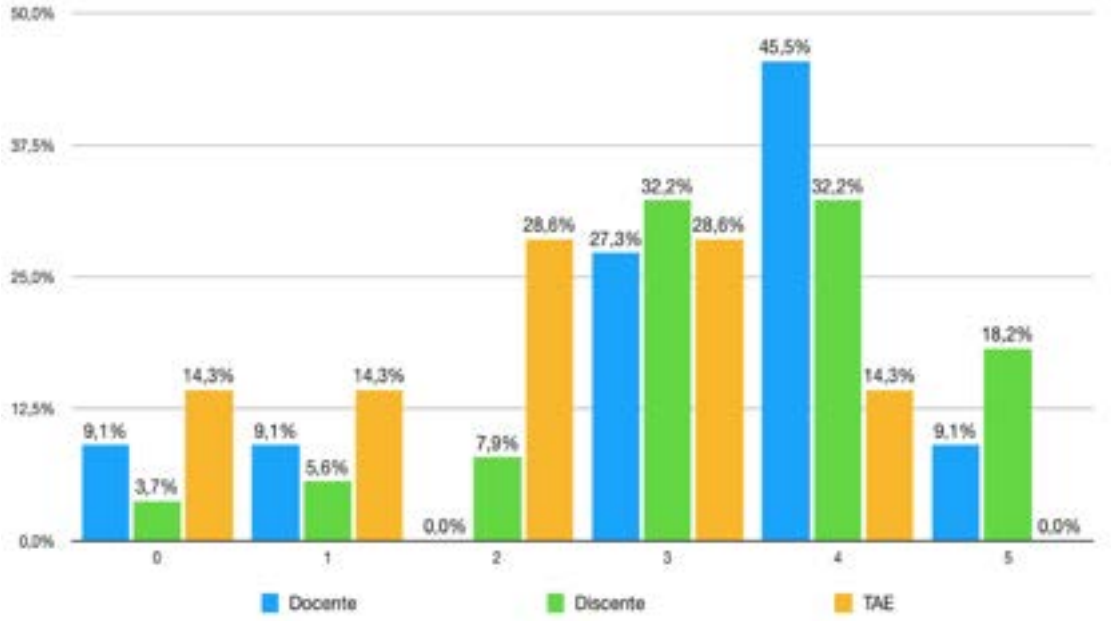

Figura 8: Participação dos discentes, docentes e TAE's nas atividades avaliativas

Além dos questionários, a CPA também avaliou a instituição por meio da análise dos documentos oficiais e dos indicadores e resultados das políticas executadas no IFTO.

3.3 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

3.3.1 Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Em relação à missão do IFTO, a CPA fez a mesma pergunta aos três segmentos e, conforme demonstrado na 9, todos os TAES e os docentes que responderam ao questionário afirmaram que conhecem a missão e o PDI do IFTO. A pior avaliação foi do segmento discente, mais de 72% afirmaram que não conhecem a missão e o PDI da instituição.

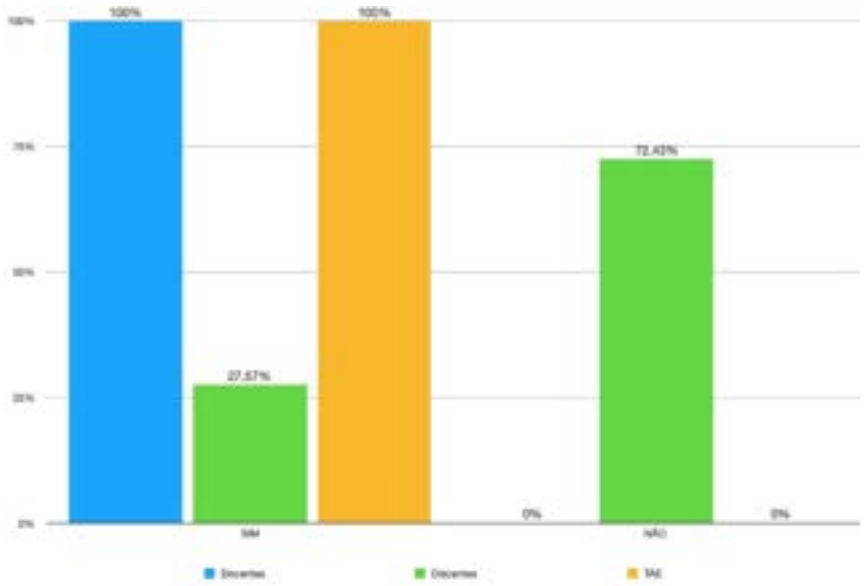

Figura 9: Conhecimento da Missão e do PDI do IFTO

O PDI em vigor foi elaborado em 2014 para execução no período de 2015 a 2019, e sua construção contou com a participação da comunidade interna de cada *campus*. O PDI abrange a expansão da infraestrutura física do Instituto, sua missão, objetivos e metas, projetos pedagógicos, bem como a criação de novos cursos e a ampliação do seu quadro de pessoal.

No PDI também estão descritos os objetivos estratégicos da instituição, de forma que para cada objetivo definiram-se um ou mais indicadores. Esses indicadores possuem metas definidas para o período de vigência do PDI, que são desdobradas em ações e atividades operacionais, através do Plano Anual de Atividades Institucionais – PAAI, em que cada unidade do Instituto pode contribuir para o alcance das estratégias. Em 2018, após consulta a cada um dos *campi* do IFTO, a instituição promoveu a atualização do documento, adequando principalmente o quadro de ofertas de cursos. Os cursos projetados pelo campus Araguatins para início em 2018, de acordo com o novo PDI, podem ser visualizados na 3.

TABELA 3: PREVISÃO DE OFERTA DE CURSOS

Previsão Oferta	Modalidade	Cursos	Situação
2018.2	Especialização lato-sensu	Desenvolvimento de Sistemas Computacionais	Em processo de abertura

O único curso disposto no PDI em processo de abertura do *campus* Araguatins foi a Pós-Graduação lato sensu em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais, sendo esta, em pleno funcionamento com previsão de término da primeira turma em fevereiro de 2019.

Na continuidade da avaliação quanto à missão institucional, a comissão questionou os segmentos discente e docente quanto à coerência entre o ensino, a pesquisa, a produção científica e as atividades de extensão com a missão institucional. Para mais de 77% dos participantes discentes e 72% docentes a coerência entre essas atividades é boa ou excelente. Para os docentes, ainda é possível melhorar, pois 27% dos participantes consideram regular, conforme pode ser visualizado na 10.

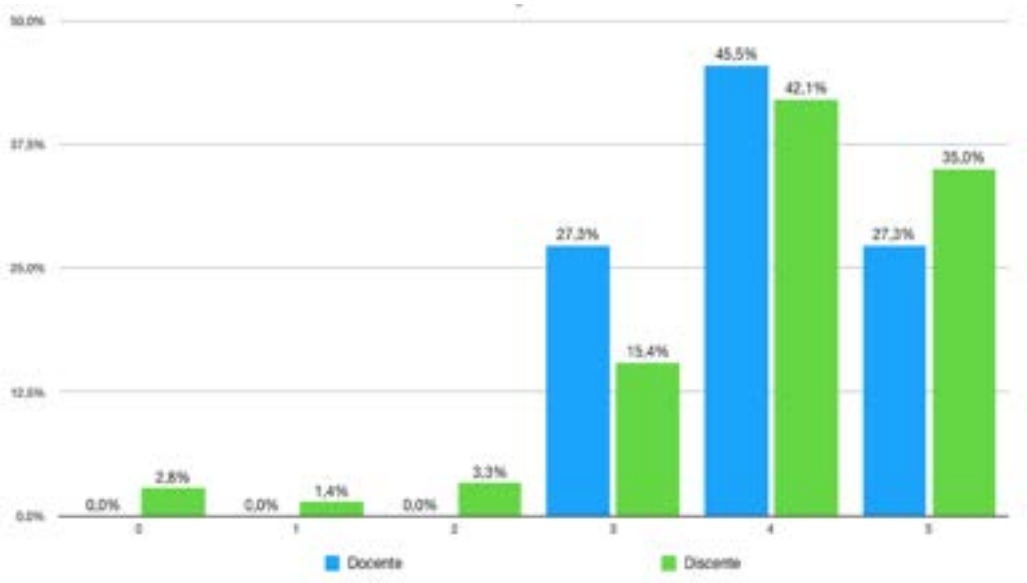

Figura 10: Coerência entre as atividades de ensino, pesquisa, produção científica e extensão com a missão institucional.

3.3.2 Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição

Para avaliar a responsabilidade social da instituição, a comissão questionou os três segmentos quanto à contribuição do IFTO para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins. A maioria dos participantes dos três segmentos concordaram que a contribuição do IFTO para o desenvolvimento social e econômico do Estado é boa ou excelente, chegando a 100% de acordo com a avaliação dos docentes e dos TAEs, conforme pode ser visualizado na 11.

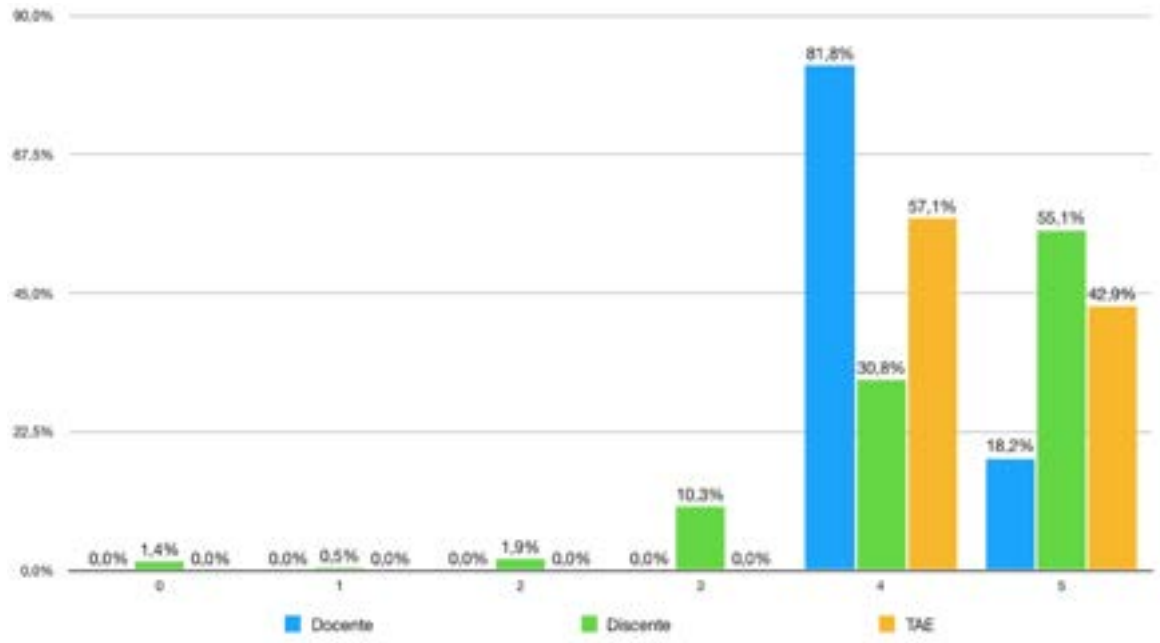

Figura 11: Avaliação do IFTO quanto a contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Estado

A CPA também analisou as atividades desenvolvidas na instituição que trouxeram contribuição à comunidade externa e que foram divulgadas no site institucional. Entre as atividades relacionadas podem ser destacadas:

• Projetos de Extensão: 34 atividades desenvolvidas durante o ano;

• Implementação da Agenda ambiental no IFTO;

• Implementação da coleta seletiva no Campus Araguatins;

• Doação de material reutilizável para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Araguatins;

• Arrecadação de alimentos não perecíveis durante as inscrições do processo seletivo;

• Cursos de extensão para profissionalização da comunidade externa.

Essas atividades contemplam o item 9 dos objetivos estratégicos descritos no PDI, e deveriam fornecer capacidade de mensuração e avaliação, isto porque o quantitativo de pessoas beneficiadas por essas ações são indicadores que permitem visualizar o alcance dos objetivos. Todavia, o relatório de projetos de extensão executados em 2018 não fornece essas informações.

3.4 Eixo 3: Politicas Acadêmicas

3.4.1 Dimensão 2 – Politicas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Discentes

Em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão, os discentes avaliaram:

Pergunta 7: A contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno dos *campus*;
Pergunta 8: A articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
Pergunta 9: A democratização do acesso às bolsas dos programas de iniciação científica;
Pergunta 10: A contribuição das atividades de extensão para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do *campus*;
Pergunta 11: A articulação da extensão e cultura com as demais atividades acadêmicas;
Pergunta 12: A democratização do acesso às bolsas dos projetos de extensão;
Pergunta 13: Os processos de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs;
Pergunta 14: As atividades de estágio curricular e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
Pergunta 15: Os conteúdos científicos e culturais do curso;
Pergunta 16: As atividades práticas do curso;
Pergunta 17: A metodologia das aulas;
Pergunta 18: O uso de novas tecnologias;
Pergunta 19: A relação dos livros disponíveis na biblioteca com o conteúdo programático das disciplinas;
Pergunta 20: A relação dos docentes com os discentes;
Pergunta 21: O comprometimento do corpo docente com o curso;
Pergunta 22: A qualificação e a atualização do corpo docente.

Os discentes dos cursos ofertados pelo IFTO consideraram a contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do *campus*, principalmente, como boa (42,5%) e excelente (33,6%), seguidas por 19,2% avaliam como regular. A articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas foi considerada como boa por 42,1%, excelente por 28% e regular por 22,4%, 12.

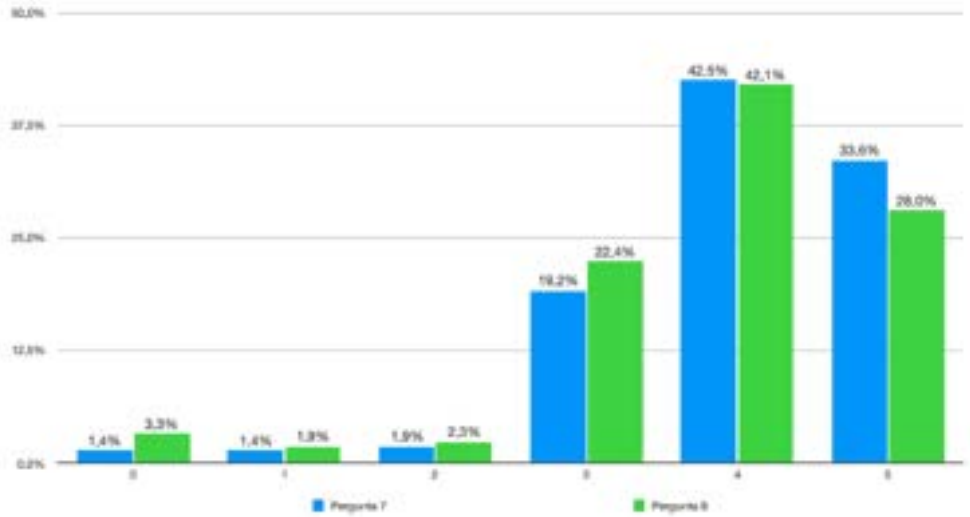

Figura 12: Perguntas referentes a Pesquisa (discentes)

A contribuição das atividades de extensão para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno dos *campi* é avaliada por 62,8% dos discentes como excelente ou boa, seguida por avaliação regular (22,5%), os discentes também consideram a articulação da extensão e cultura com as demais atividades acadêmicas como excelente ou boa (60,2%), como também regular (24,6%), 13.

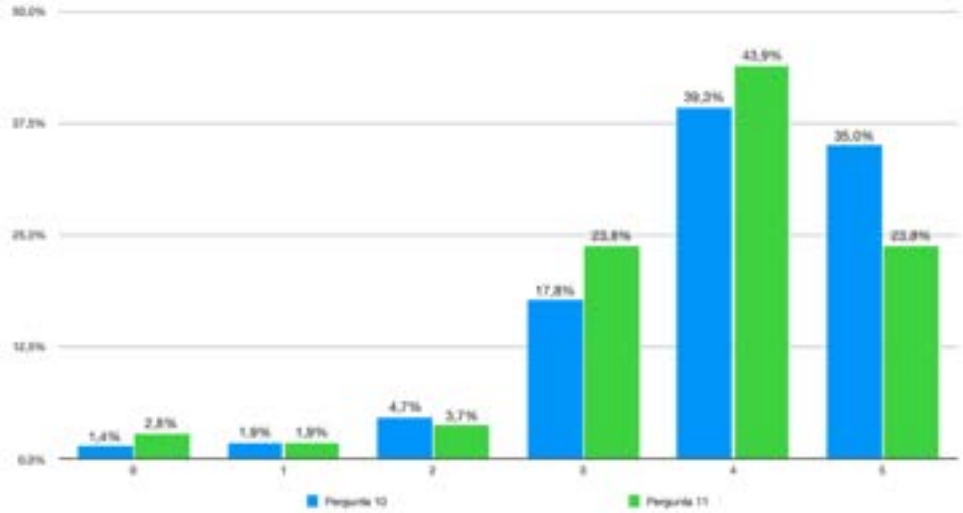

Figura 13: Perguntas referentes a Extensão

A respeito da democratização do acesso às bolsas dos programas de iniciação científica e extensão, foram aplicadas as peguntas 9 e 12, respectivamente. Sendo avaliadas como boas (34,1%

e 38,8%) em sua maioria, excelentes com 28% e 21%, seguidas pela avaliação regular 21,5% e 25,2%, 14.

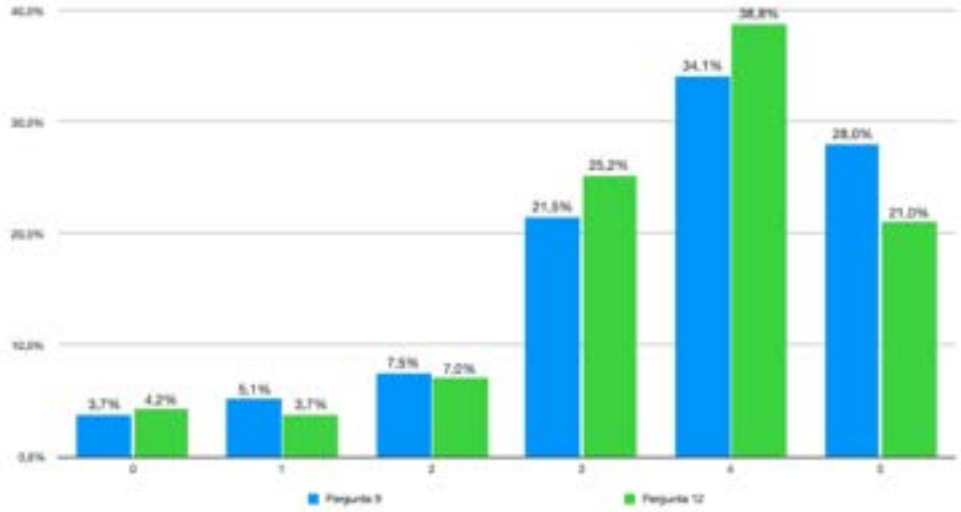

Figura 14: Democratização de bolsas de Pesquisa e Extensão (Discentes)

Os processos de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs são avaliados como excelentes e bons por 24,8% dos discentes, tendo uma quantidade expressiva de discentes que consideram boa (37,9%), aproximadamente 15% consideram ruim, muito ruim ou não souberam avaliar. Já as atividades de estágio curricular e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC são classificadas como boas por 38,8% dos discentes, excelentes 21% e aproximadamente 15% consideram ruim, muito ruim ou não souberam avaliar.

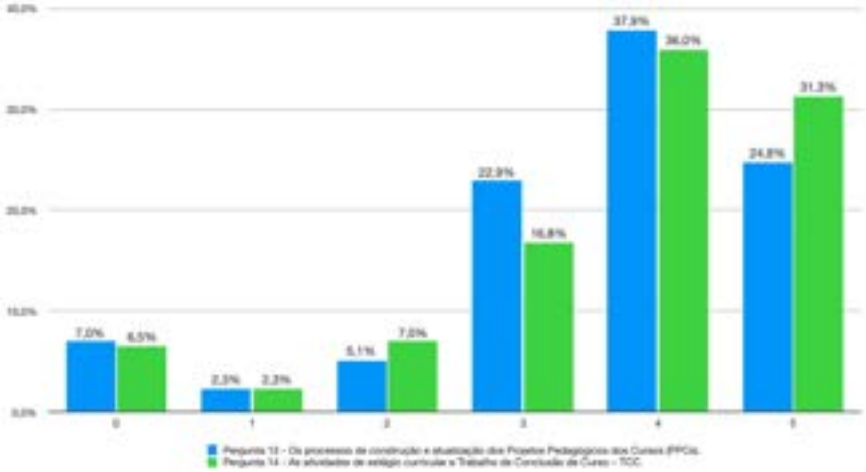

Figura 15: Conceitos dos discentes sobre PPC, Estágio e TCC

A 16 apresenta os gráficos referentes as perguntas 15, 16, 17 e 18, onde mais de 75% dos alunos classificaram os conteúdos científicos e culturais do curso como excelentes ou bons e 15,9% consideraram regulares. As atividades práticas dos cursos, as metodologias das aulas e o uso de novas tecnologias também foram bem avaliadas, respectivamente, como excelentes ou boas por 70,1%, 68,2% e 67,8% dos discentes.

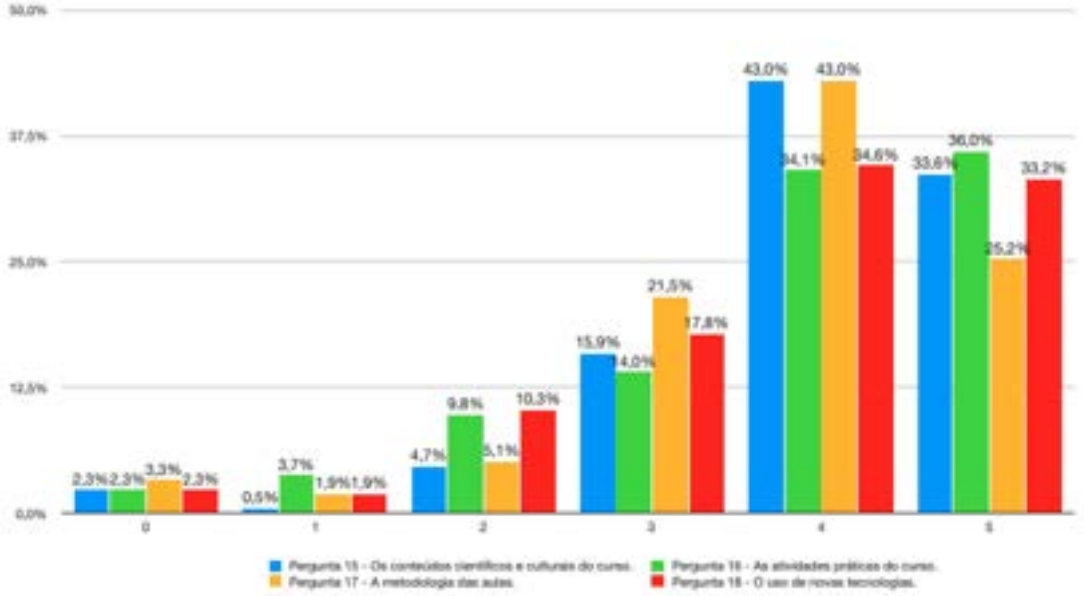

Figura 16: Perguntas sobre a relação do discente em relação as aulas

A relação dos livros disponíveis na biblioteca com o conteúdo programático das disciplinas foi classificada, principalmente, como excelente por 48,1% dos dicentes, seguida por uma proporção bem próxima de discentes que a consideram boa ou regular (43,5%). A relação dos docentes com os discentes, o comprometimento dos docentes com o curso e a qualificação e a atualização do corpo docente foram muito bem avaliados, sendo classificados como excelente ou boa, respectivamente, por 69,7%, 73,4% e 78% dos alunos. Dados apresentados na 17.

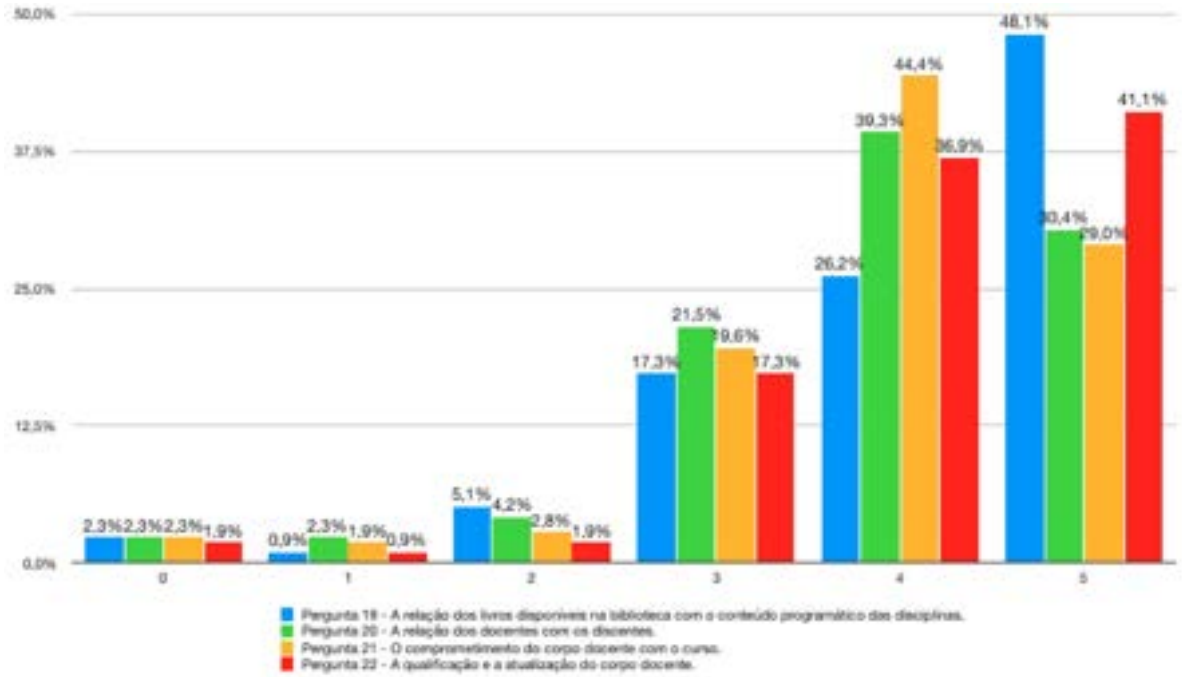

Figura 17: Visão dos discentes em relação aos docentes e bibliografia

Docentes

Em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão, os docentes avaliaram:

Pergunta 7: A contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e entorno do *campus*;
Pergunta 8: As políticas (PIBIC, PIBIT, entre outros) e as práticas de pesquisa (produção científica) para a formação dos pesquisadores;
Pergunta 9: A contribuição das atividades de extensão e de cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e entorno do *campus*;
Pergunta 10: A articulação da extensão e cultura com as demais atividades acadêmicas;
Pergunta 11: O processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs;
Pergunta 12: A integração das disciplinas do curso;
Pergunta 13: As atividades de estágio curricular do curso;
Pergunta 14: Os conteúdos científicos e culturais do curso;
Pergunta 15: As atividades práticas do curso;
Pergunta 16: A metodologia das aulas;
Pergunta 17: O uso de novas tecnologias;
Pergunta 18: A relação dos discentes com os docentes.

Os docentes consideram a contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e entorno do *campus* em sua maioria como regular (45,5%), as políticas

(PIBIC, PIBIT, entre outros) e as práticas de pesquisa (produção científica) para a formação dos pesquisadores teve um empate entre excelentes e regular, ambas com 36,4%, seguidas por boas (27,3%). A contribuição das atividades de extensão e de cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e entorno do *campus e* a articulação da extensão e cultura com as demais atividades acadêmicas e o processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs foram classificados, em maior proporção, como bons, seguidos por regulares, dados apresentados na 18.

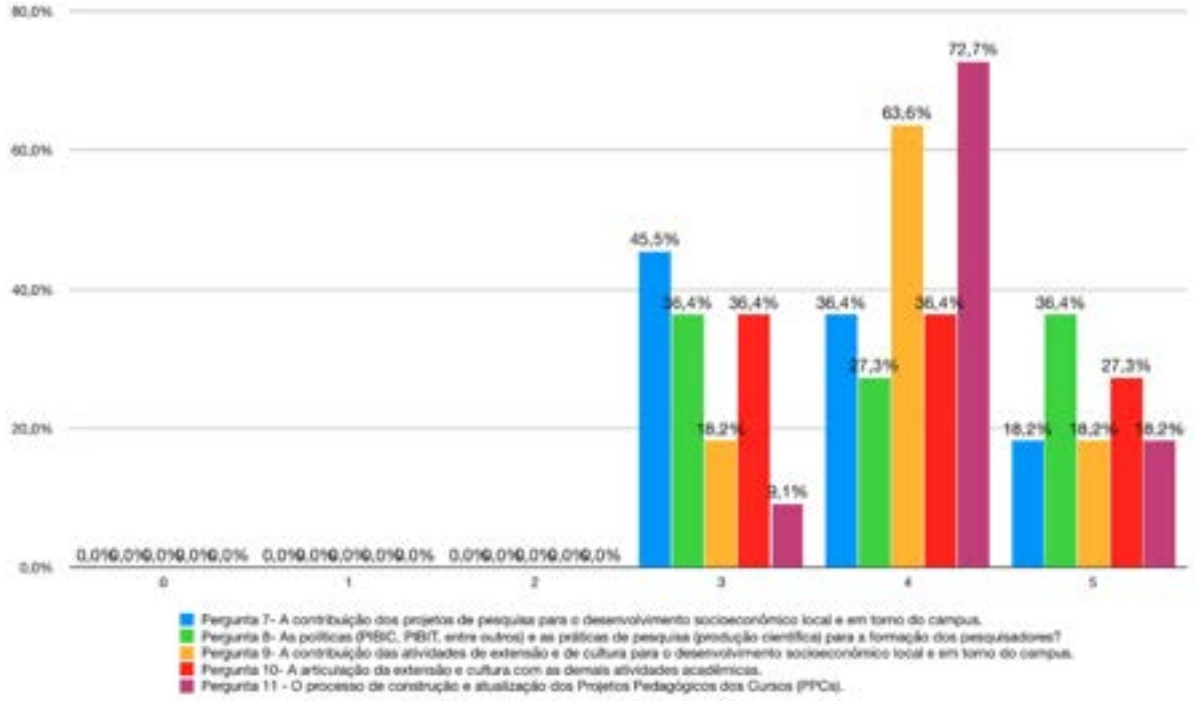

Figura 18: Docentes

A integração das disciplinas do curso, os conteúdos científicos e culturais do curso e as atividades de estágio curricular obtiveram conceitos majoritariamente de regular, bom e excelente, tendo apenas a integração das disciplinas do curso com 9,1% de docentes que consideram ruim (). As atividades práticas e a metodologia das aulas foram classificados pelos docentes, com valores iguais, como bons (54,5%) ou regulares (36,4%) e excelentes com 9,1%, 19. 63,6% dos docentes consideram que o uso de novas tecnologias no *campus* Araguatins é apenas regular, mostrando a

necessidade de politicas que fomentem o aprendizado e a formação continuada no sentido de promover o contato do docente com novas tecnologias aplicadas a educação, 20.

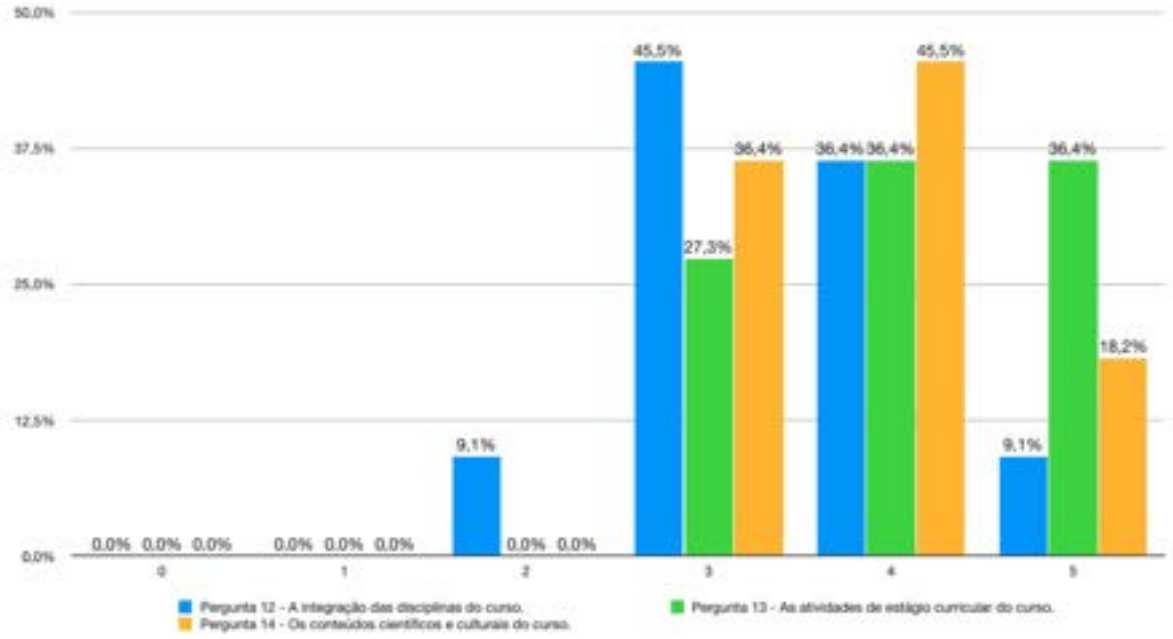

Figura 19: Perguntas a docentes

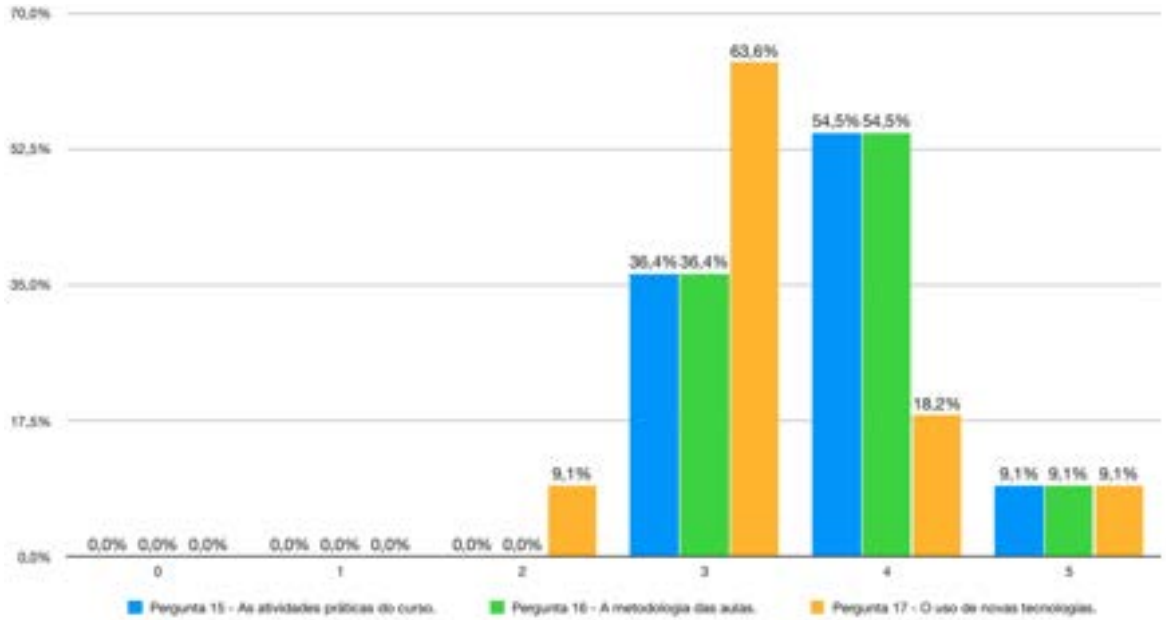

Figura 20: Perguntas a docentes

A relação entre ambas as partes (docentes e discentes) foi consultada pelas perguntas 18 dos docentes e 20 dos discentes. A 21 apresenta os dados dessa relação.

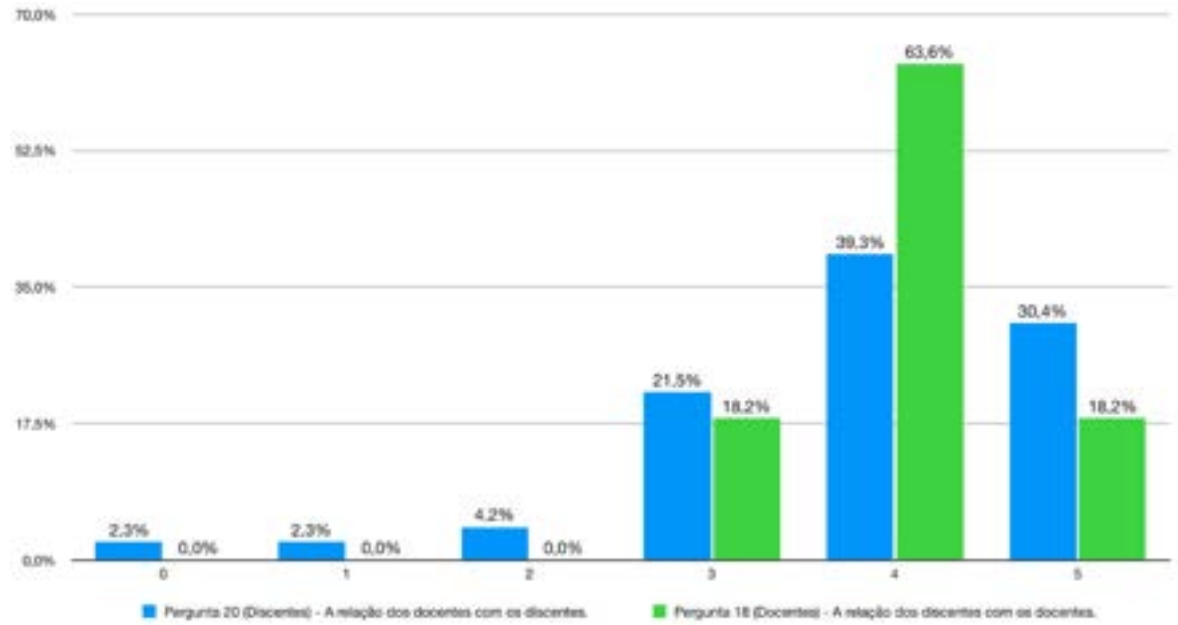

Figura 21: Relação entre Docentes e Discentes

Técnicos Administrativos em Educação - TAE

Em relação à pesquisa, os TAEs avaliaram:

Pergunta 8: A contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do campus;
Pergunta 9: A inserção dos técnicos nas políticas e práticas de pesquisa;
Pergunta 10:- A contribuição das atividades de extensão e cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do campus;
Pergunta 11: A participação dos técnicos nas atividades de extensão e cultura da Instituição;
Pergunta 12: A participação dos técnicos nas atividades acadêmicas;
Pergunta 13: O processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos os Cursos – PPCs;
Pergunta 14: A interação dos técnicos na execução das aulas práticas.

Os Técnicos Administrativos em Educação – TAEs consideram a contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do *campus,* em maiores proporções, como excelente (42,9%) e boa ou regular empatadas com 28,6% cada uma. A inserção dos técnicos nas políticas e práticas de pesquisa é considerada, principalmente, como regular ou

ruim, 42,9% ambas, 14,3% dos técnicos consideram esse quesito muito ruim, demonstrando a necessidade de intervenções para a melhoria desse quesito.

A contribuição das atividades de extensão e cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do *campus* é considerada boa ou excelente por mais de 70% dos técnicos, enquanto a participação dos técnicos nas atividades de extensão e cultura da instituição possui a mesma porcentagem para excelente, boa e regular, ambas com 28,6%, .

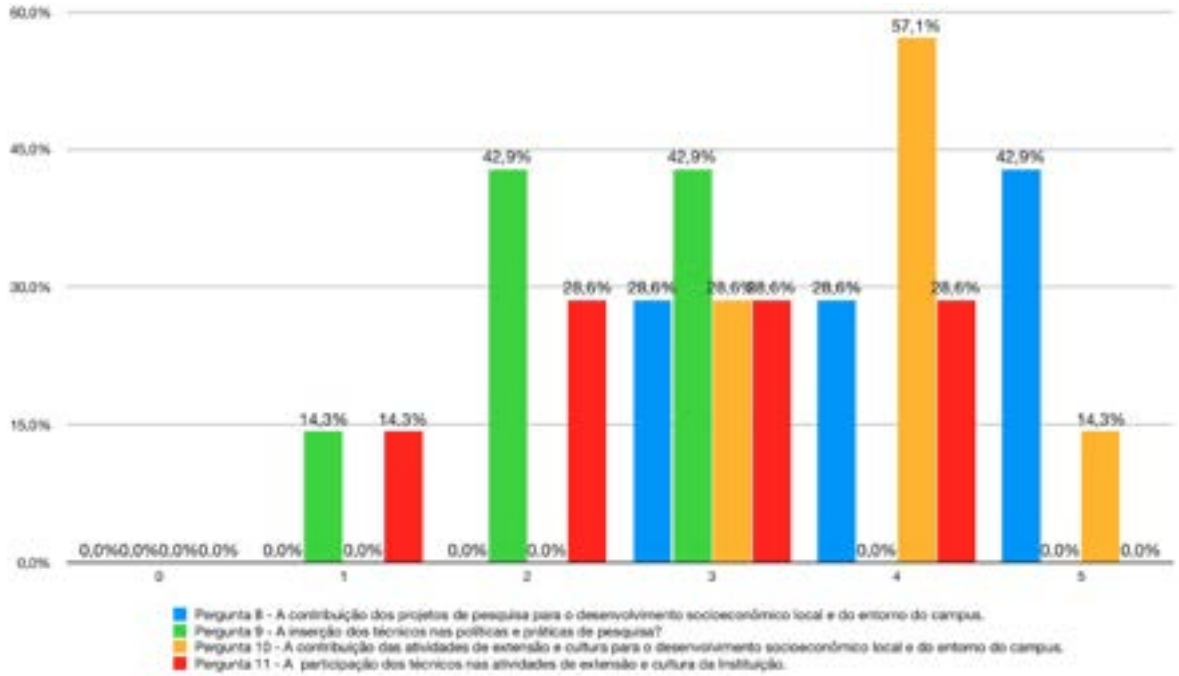

Figura 22: Perguntas aos TAE

A participação dos técnicos nas atividades acadêmicas é considerada regular por 71,4% dos técnicos e em iguais proporções, como boa ou muito ruim (14,3%). O processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs é considerado pelos TAEs, em maior proporção, como boa (42,9%) e 14,3% nos conceitos não sei opinar, muito ruim, bom e excelente. A interação dos técnicos na execução das aulas práticas foi considerada em maior proporção como regular ou ruim (28,6%), conforme demonstrado na 23.

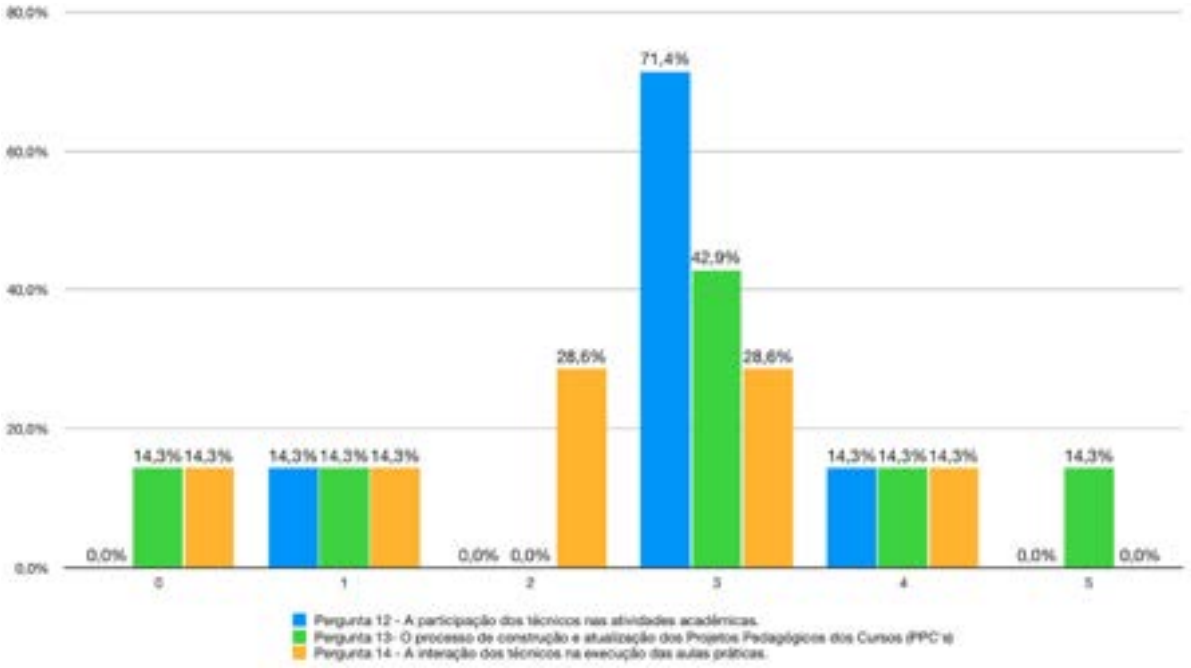

Figura 23: Perguntas aos TAEs

3.4.2 Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade

Discentes

Em relação à comunicação com a sociedade, os discentes avaliaram:

Pergunta 23: A imagem da Instituição e a comunicação com a sociedade;
Pergunta 24: A comunicação interna;
Pergunta 25: O serviço de Ouvidoria;
Pergunta 26: A disponibilidade de informações sobre os projetos pedagógicos dos cursos, horários de funcionamento, grades curriculares, entre outras informações.

A imagem da instituição e a comunicação com a sociedade foi muito bem avaliada pelos discentes, alcançando valores acima de 80%. A comunicação interna foi classificada como boa ou excelente por 65% dos alunos. Já o serviço de ouvidoria foi classificado como bom (30,8%), possuindo quase 10% que desconhecem a ouvidoria, evidenciando a necessidade de divulgação das atividades do setor para os acadêmicos. A disponibilidade de informações sobre os projetos pedagógicos dos cursos, horários de funcionamento, grades curriculares, entre outras informações,

recebeu uma boa avaliação, 37,4% consideram boa, seguido por 25,2% e 22% que a consideram, respectivamente, excelente ou regular, conforme visualizado na 24.

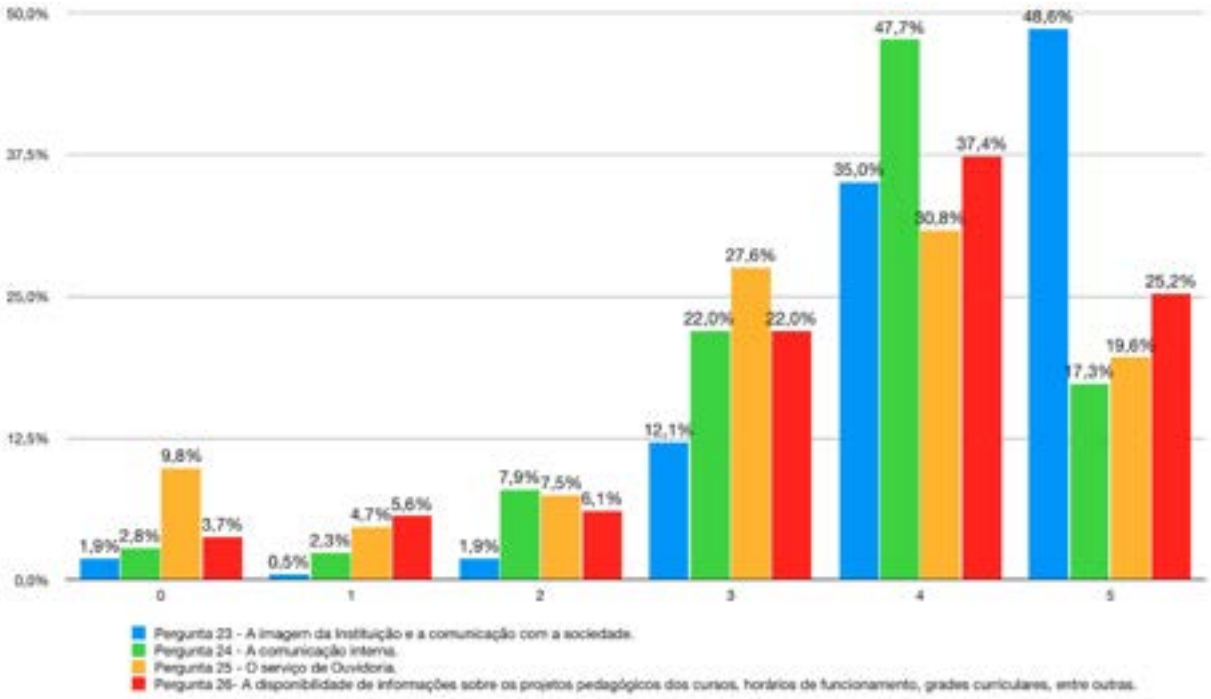

Figura 24: Perguntas aos discentes

Docentes

Em relação à comunicação com a sociedade, como você avalia:

Pergunta 19: A imagem da Instituição e a comunicação com a sociedade;
Pergunta 20: A comunicação interna;
Pergunta 21: O serviço de Ouvidoria.

A imagem da instituição e a comunicação com a sociedade é considerada boa ou excelente por 70,2% dos docentes, seguido por 27,3% que a consideram regular. Os docentes consideram a comunicação interna do campus excelente, boa ou regular, sendo que o maior percentual consideram boa (54,5%). O serviço de ouvidoria foi avaliado, principalmente, como bom por 63,6% dos entrevistados, tendo os conceitos regular, ruim, muito ruim e não sabem o que é com 9,1% cada um, conforme 25.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

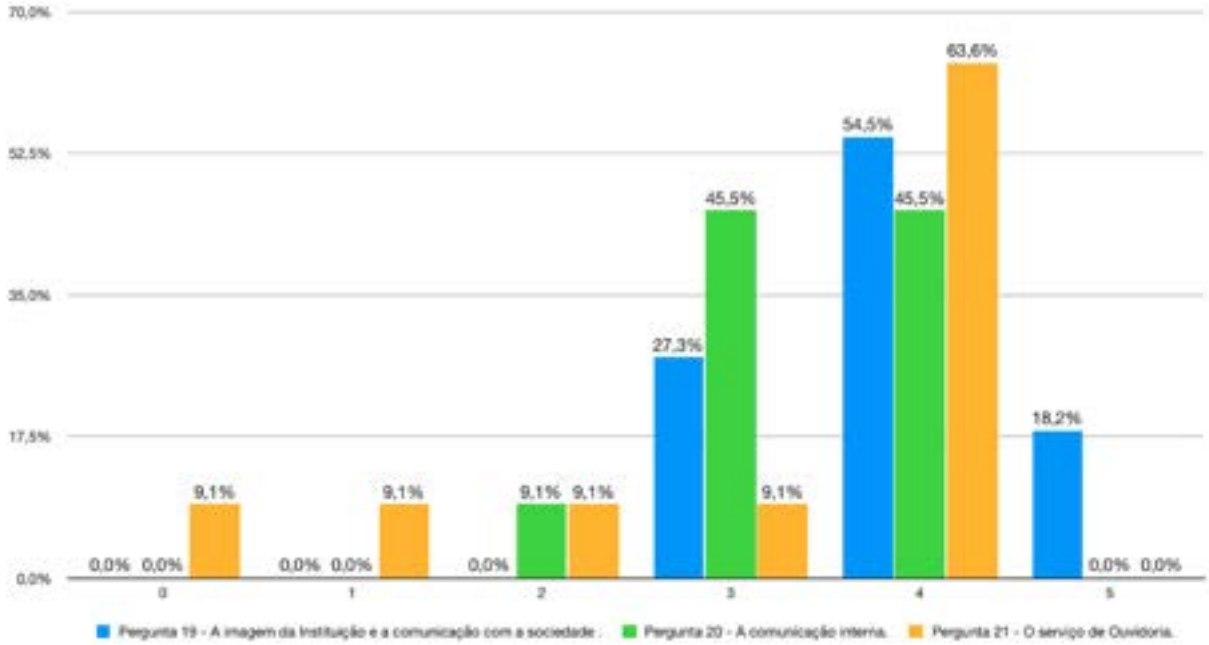

Figura 25: Pergunta aos docentes

Técnicos Administrativos em Educação

Em relação à comunicação com a sociedade, os TAEs avaliaram:

Pergunta 15: A imagem da Instituição e a comunicação com a sociedade;
Pergunta 16: A comunicação interna;
Pergunta 17: O serviço de Ouvidoria.

Houve um empate (28,6%) a cerca da imagem da instituição e a comunicação com a sociedade entre os conceitos excelente, bom e regular. A comunicação interna é avaliada como regular por 42,9% e muito ruim por 28,6% dos membros dessa comunidade. Já o serviço de ouvidoria foi classificado, principalmente, como bom (57,1%) ou regular (28,5%), conforme demonstra a 26.

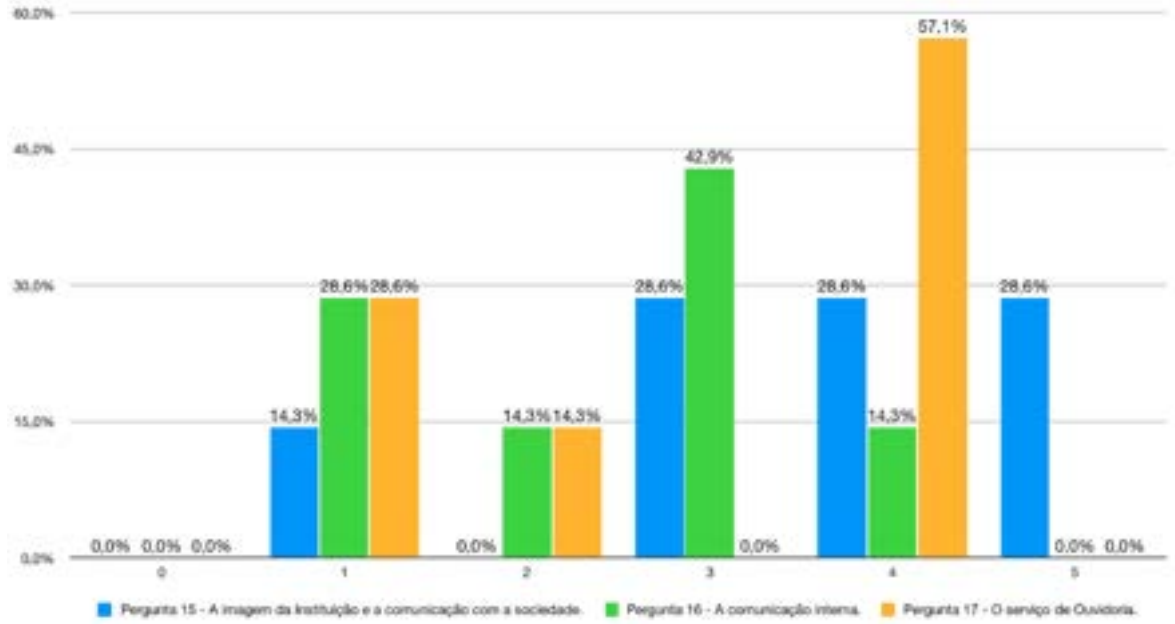

Figura 26: Pergunta aos TAE

3.4.3 Dimensão 9 - Em relação à política de atendimento aos discentes

Discentes

Em relação à política de atendimento aos discentes, os discentes avaliaram:

Pergunta 27: A regulamentação dos direitos e dos deveres dos estudantes;
Pergunta 28: O incentivo à participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
Pergunta 29: O incentivo à participação dos estudantes em congressos e eventos científicos;
Pergunta 30: O atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas;
Pergunta 31: O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil);
Pergunta 32: A disponibilidade de informações acadêmicas aos estudantes;
Pergunta 33: A disponibilidade de informações acadêmicas no acolhimento aos novos estudantes.

A regulamentação dos direitos e dos deveres dos estudantes foi considerada, principalmente, como boa (42,5%), seguida por avaliação como regular (24,9%) ou excelente (23,7%). O incentivo à participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão e o incentivo à

participação dos estudantes em congressos e eventos científicos obtiveram avaliações como excelentes, boas ou regulares bem próximas.

O atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas e o apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil) foram avaliados, com destaque, como excelentes ou bons pelos discentes. A disponibilidade de informações acadêmicas aos estudantes e a disponibilidade de informações acadêmicas no acolhimento aos novos estudantes foram avaliadas, principalmente, como excelentes ou boas, seguidas por avaliações como regulares, conforme demonstram as 27 e 28.

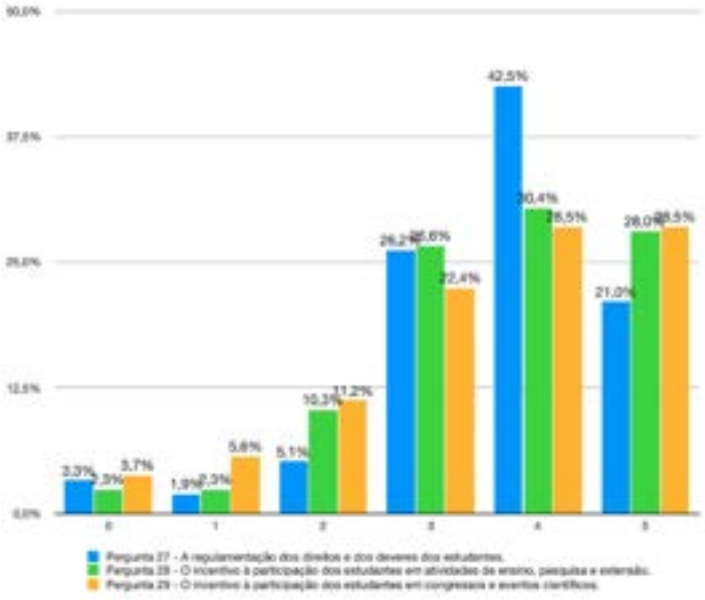

Figura 27: Perguntas aos discentes

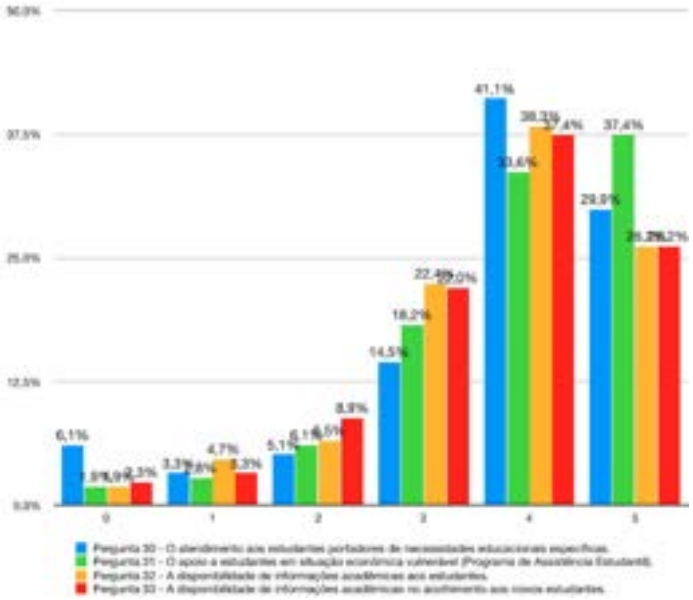

Figura 28: Perguntas aos discentes

Docentes

Em relação à política de atendimento aos discentes, os docentes avaliaram:

Pergunta 22: As políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes;
Pergunta 23: O acompanhamento de egressos e sua continuidade na instituição;
Pergunta 24: O atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas;
Pergunta 25: O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil);
Pergunta 26: As ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas.

Os docentes consideram as políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, em maior proporção, como boas (54,5%), seguida por regular ou ruim (9,1%). O acompanhamento de egressos e sua continuidade na instituição foi classificado como bom ou ruim por 36,4% cada um, e por regular (27,3%), indicando a necessidade de melhorias nesse quesito.

O atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas obteve um índice de 81,1% como bom, atestando os esforços do *campus* Araguatins na inserção de pessoas com necessidades especiais. O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil) foi considerado bom ou excelente por mais 80% dos entrevistados, seguido por uma proporção baixa que considera regular. As ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas foram consideradas como boa (45,5%), seguida por regular (36,5%) e ruim (18,2%), conforme .

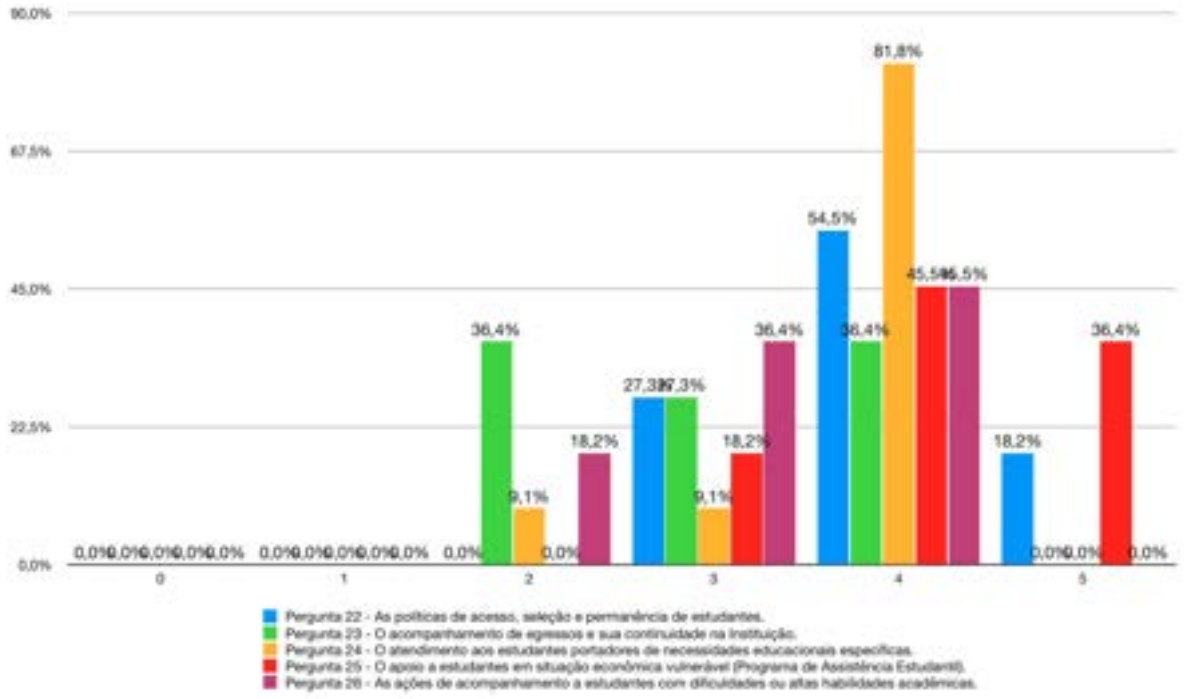

Figura 29: Pergunta aos docentes

Técnicos Administrativos em Educação

Em relação à política de atendimento aos discentes, os TAEs avaliaram:

Pergunta 18: As políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes;
Pergunta 19: O acompanhamento de egressos e sua continuidade na Instituição;
Pergunta 20: O atendimento aos estudantes Portadores de Necessidades Educacionais Específicas;
Pergunta 21: O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil);
Pergunta 22: As ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas.

Os técnicos administrativos avaliam as políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, em sua grande maioria, como boas (85,7%) e apenas 14,3% consideram regulares. O acompanhamento de egressos e sua continuidade na instituição e as ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas foram consideradas por quase 30% dos entrevistados como ruim ou muito ruim, evidenciando melhorias nesses quesitos.

O atendimento aos estudantes Portadores de Necessidades Educacionais Específicas e o apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil) obteve a mesma classificação para excelente, bom e regular, ambos com 28,6%. Dados apresentados na 30.

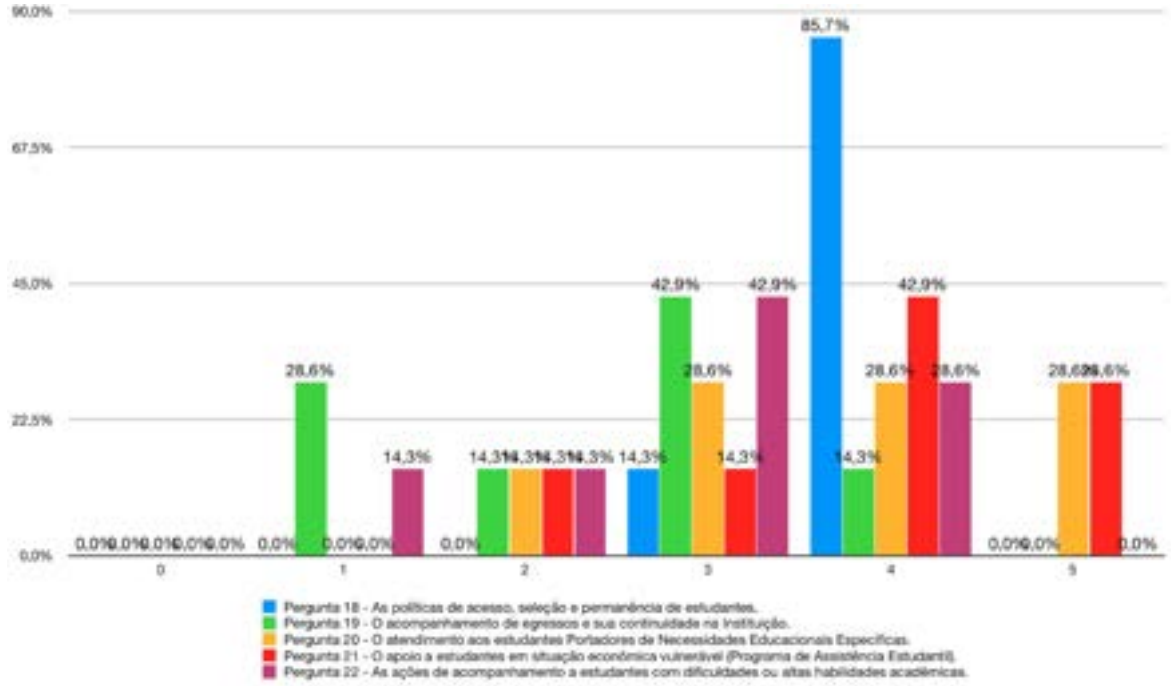

Figura 30: Perguntas aos TAEs



4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

4.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

4.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Avanços

A implementação de um sistema informatizado para sintetizar o planejamento de ações constantes do PAAI no âmbito do IFTO foi um grande avanço que proporcionou um maior envolvimento da comunidade interna. Essa ferramenta também permite que a comunidade acompanhe a execução das ações e avalie os resultados alcançados. Além disto, é possível confrontar os planos desenhados no âmbito de cada *campus* com as atividades realizadas e publicadas no relatório de gestão. Essa verificação é em si mesma um instrumento de avaliação que deve ser utilizado para avaliar as atividades da instituição.

Além disso, outro avanço nesta dimensão, alcançado pela CPA, desde a sua implantação até o presente momento, deve-se à utilização de ferramentas digitais (*Google Forms*) para aplicação dos questionários no exercício de 2018. Essa ferramenta permitiu aumentar a eficiência e a agilidade na captação e na análise dos resultados das avaliações, além da maior participação da comunidade interna.

A institucionalização da autoavaliação, com vistas à melhoria da qualidade de ensino por meio da construção de um canal de comunicação entre a comunidade e a gestão administrativa, foi tema de sensibilização na primeira etapa de construção deste relatório e deve ser considerada como grande avanço para o IFTO, que nos anos anteriores teve como grande obstáculo a participação da comunidade interna nos processos de autoavaliação.

Desafios

Quanto à avaliação institucional, o principal desafio é a sensibilização da comunidade interna quanto à importância da CPA como canal de comunicação com a gestão para propor ações que corroborem a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão. Outro desafio da Dimensão 8 está no aumento da atratividade dos cursos oferecidos na instituição, sendo necessário informar, estimular e promover a participação de docentes, discentes e TAEs nas



decisões acadêmicas dos cursos, da instituição e dos órgãos colegiados, de forma a aumentar o conhecimento sobre a estrutura de funcionamento da instituição.

4.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

4.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

4.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Avanços

Na avaliação dos discentes, docentes e dos TAEs, a instituição tem-se comprometido com os princípios norteadores, com a missão institucional de proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico e com a visão de ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços por meio da formação pessoal e qualificação profissional de acordo com as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e do Estado do Tocantins.

Na análise integral da avaliação institucional realizada pelos três segmentos, avanços foram alcançados na Dimensão 1 com relação à Missão e ao Plano de Desenvolvimento Institucional, já que os discentes, docentes e os TAEs consideram boa a coerência das atividades de ensino, pesquisa, produção científica e extensão com a missão institucional.

Desafios

Apesar desses avanços, o IFTO tem como desafio tornar a missão e o PDI do IFTO conhecidos entre o segmento discente. Esse conhecimento será revertido em atores envolvidos no acompanhamento do planejamento e reivindicadores de ações para o alcance dos objetivos.

4.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

4.3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

O Instituto Federal do Tocantins – IFTO tem como principal diretriz de suas atividades o aprimoramento da indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma que a prática pedagógica promova a compreensão crítica da realidade tão necessária à promoção do desenvolvimento tecnológico, cultural e científico de forma sustentável e à transformação da



sociedade. Nesse sentindo, o IFTO busca acompanhar as políticas e as diretrizes nacionais para o ensino, a pesquisa e a extensão, como também promover ações de intercâmbio com instituições e empresas nas áreas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos.

Diante de tais objetivos e em consonância com o PDI (2015-2019), o IFTO trata o currículo como um processo que privilegia a formação do homem na sua totalidade. Tal documento é pautado pela razoabilidade, proporcionalidade, equidade, permeando as áreas de conhecimento e os componentes curriculares, independente das modalidades ou formas de articulação. A concepção curricular da educação profissional integra-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento para a atuação profissional e o pleno exercício da cidadania, contemplando: a interdisciplinaridade; a transdisciplinaridade; a flexibilização curricular; a contextualização; a atualização; a competência; a habilidade profissional e as bases tecnológicas.

Tendo estes princípios como norteadores e objetivando o fortalecimento das ações governamentais de acesso ao ensino público gratuito de qualidade, com formação profissional e tecnológica, e a integração entre comunidade e escola, avanços vem sendo alcançados no IFTO, através da sua expansão, de forma bastante significativa, ampliando o número e a diversidade de cursos de graduação e pós-graduação, cursos médios e técnicos nas suas diferentes modalidades, bem como o número de vagas nos concursos de acesso.

Com o objetivo de fortalecer a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFTO conta com a organização de seus pesquisadores a partir de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que articulam suas atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica e pós-graduação.

A instituição possui também a Revista Sítio Novo, que tem por objetivo a difusão e a divulgação dos resultados de estudos e pesquisas científicas desenvolvidas no IFTO, bem como de pesquisas realizadas por autores e/ou grupos nacionais e internacionais. Trata-se de publicação técnico-científica do IFTO, registrada com ISSN (International Standard Serial Number), em formato eletrônico. Além disso, constantemente, nos diversos *campi* que compõem o IFTO, eventos

como congressos, seminários, semanas universitárias têm sido promovidos com o objetivo de disseminar e fortalecer o conhecimento científico.

A instituição conta também com as Coordenações e Diretorias de Pesquisa e Extensão, que, entre outras atribuições, assessoram a Pró-Reitoria na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa e auxiliam na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de pesquisa. No *campus* Araguatins tem em sua essência, o foco em projetos de pesquisa e extensão, sendo um dos *campi* do IFTO com maior número de bolsistas e alunos voluntários em projetos. Tendo como modalidades de apoio:

a) Programa de Apoio à Pesquisa – PAP/IFTO;
b) Bolsas Produtividade em Pesquisa e Inovação (PQ);
c) Bolsas de Pesquisa em Arranjos Produtivos Locais (APLs);
d) Consolidação de grupos de pesquisa – material de custeio e permanente;
e) Taxa de Bancada;
f) Auxílio-publicação e tradução;
g) Auxílio para participação em eventos;
h) Programa de Iniciação Científica do IFTO – PIC (PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento; ICJ - Iniciação Científica Júnior);
i) Programas de bolsa de extensão.

Desafios

Os desafios para melhorias desses quesitos são a necessidade de normatizar e incentivar uma maior articulação entre discentes, docentes e técnicos administrativos em educação na realização e na participação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a ampliação de convênios e parcerias na área de estágios; a criação de novos cursos e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão com foco nos arranjos produtivos e nas necessidades locais e regionais; a normatização e o incentivo quanto à criação de relacionamentos (convênios e parcerias) com o setor produtivo e empresas juniores, promovendo, assim, maior alocação de recursos financeiros e humanos que permitam a qualificação do servidor.

4.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Avanços

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins têm promovido ações para alcançar as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, promovendo



avanços na comunicação com a sociedade. Com esse objetivo, comissões envolvendo servidores, membros da comunidade acadêmica e externa vêm trabalhando na divulgação e no convite aos diferentes atores da sociedade para a participação em oficinas, palestras, processos seletivos, vestibulares, entre outros eventos realizados na instituição, utilizando-se de diferentes estratégicas de comunicação e espaços públicos, como praças públicas, páginas de redes sociais, blogs, websites, canais de radiodifusão e de mídias impressas, como também a realização de caminhadas, visitas a instituições do município, distribuição de panfletos e o uso de carros de som.

Assim, atividades que se enquadram em mais de uma dimensão já vem sendo oferecidas no c*ampus* Araguatins, onde são realizados eventos de valorização e preservação da vida (Setembro Amarelo, Outubro Rosa e outros); de valorização da diversidade étnico-racial (I Sarau Afro-Cultural e eventos que valorizam a cultura indígena e quilombola), eventos científicos (Semana de Computação, Semana da Biologia, Fóruns e eventos em geral), oferta do curso de Libras, Línguas estrangeiras, Robótica e capacitações de formação continuada aos professores de escolas públicas e privada. Além diversas capacitações e consultorias a produtores rurais da região do Bico do Papagaio.

Desafios

A partir da avaliação e da percepção dos questionados, ainda existem lacunas a serem preenchidas nessa dimensão, além da escala de servidores responsáveis em promover esclarecimentos sobre o funcionamento da instituição, dos cursos, das disciplinas e dos horários, da finalidade e do funcionamento dos setores de prestações de serviços, como o de ouvidoria. Além disso, a criação página da intranet do *campus* de modo que promova uma comunicação interna mais eficiente, promovendo a divulgação das ações realizadas no *campus*, como projetos de ensino, pesquisa e extensão em curso, a divulgação de chamadas públicas de editais e eventos. Um fator crítico para o desempenho dessas ações é a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para o desenvolvimento dessas atividades.

4.3.3 Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes

Avanços

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins tem investido veementemente para alcançar as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015-2019), através de Políticas de Assistência Estudantil – PAE destinadas aos estudantes regularmente matriculados no IFTO, tendo prioridade os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através de ações voltadas à democratização das condições de permanência e conclusão com êxito nos cursos em que ingressaram. Além disso, são promovidas ações de respeito à liberdade e apreço à tolerância, à diversidade étnico-racial, à justiça social, à equidade, à cidadania, à ética, à preservação do meio ambiente, à transparência da gestão democrática e à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

Ações sociais, artísticas, culturais e econômicas são desenvolvidas por meio de programas que minimizam as dificuldades que possam interferir no processo de aprendizagem; tais ações visam à qualidade de vida do aluno e à inclusão social. Neste sentido, foram implantados serviços e ações a fim de garantir melhorias no rendimento escolar dos estudantes, assim como a redução dos índices de retenção e evasão. Dessa forma, semestralmente, são ofertados aos discentes, através do Programa de Assistência Estudantil, documentados no Regulamento de Assistência Estudantil, diversos tipos de auxílios aos estudantes, como auxílio-transporte; auxílio-alimentação; auxílio-moradia; auxílio material didático; bolsa formação profissional; auxílio emergencial; auxílio aos pais estudantes; bolsa-atleta. Ainda é disponibilizado por parte do *campus* Araguatins um veículo oficial para locomoção de alunos com necessidades especiais.

Além dos benefícios que exigem análise socioeconômica para sua percepção, o IFTO oferece ações diversas no eixo universal, composto pelos seguintes programas: Programa de acompanhamento pedagógico; Programa de acompanhamento social; Programa de acompanhamento psicológico; Programa de assistência à saúde; Programa de assistência a viagens; Programa de mobilidade acadêmica; Programa de incentivo ao esporte e lazer; Programa de incentivo à arte e cultura; Programa de incentivo à formação cidadã; Programa de educação para a diversidade; Programa de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação; e Programa de inclusão digital.

Desafios



Apesar dos trabalhos realizados na Dimensão 9, fragilidades foram identificadas nessa dimensão, como a necessidade de um maior incentivo à participação dos discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em eventos de cunho científico. Também foi constatada a necessidade de ações que permitam um melhor acompanhamento dos egressos e de sua continuidade na instituição, como também de ações que permitam um melhor acompanhamento dos discentes com altas habilidades ou com dificuldades acadêmicas.

Para aprimoramento da Dimensão 9, é necessário o aumento e a busca de diferentes fontes de captação de recursos financeiros, humanos e estruturais para a ampliação do atual número de auxílios, a disponibilização de novos tipos de auxílios, como também a criação/ melhorias e ações pedagógicas que atendam os discentes com dificuldades acadêmicas ou altas habilidades de forma satisfatória, faz-se necessário também o aumento da atratividade dos cursos ofertados (qualidade dos cursos, incentivos institucionais e receptividade no mercado e número de vagas, e abertura de novos cursos em diferentes níveis – especialização, mestrado e doutorado), permitindo o acompanhamento e a permanência dos egressos na instituição.

5 PLANO DE AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Eixo	Dimensão	Ações recomendadas
1 – Planejamento e Avaliação Institucional	8 - Planejamento e Avaliação	I. Dar conhecimento das ações planejadas à comunidade interna, incluindo, quando possível, novos atores na proposição de ações; II. Promover a integração dos servidores TAEs nas atividades de planejamento acadêmico. III. Fortalecer as atividades da CPA por meio da disponibilização de espaço adequado para discussão e análise dos dados.
2 - Desenvolvimento Institucional	1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	I. Fomentar a divulgação da missão institucional e a criação de um ambiente de discussão do PDI para seu constante acompanhamento e atualização; II. Acompanhar constantemente as atividades planejadas no PDI, justificando quando da impossibilidade de execução no período indicado.
	3 - Responsabilidade Social da Instituição	I. Fomentar atividades que beneficiem a comunidade externa; II. Conscientizar a comunidade interna quanto à responsabilidade social da instituição; III. Orientar os setores responsáveis pelas atividades de cunho social sobre a necessidade de documentar os eventos, fazendo os registros necessários para o alcance dos indicadores.
3 – Políticas Acadêmicas	2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	I. Incentivar uma maior articulação entre discentes, docentes e técnicos administrativos em educação na realização e na participação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; II. Ampliar os convênios e parcerias para o fomento de estágios dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação; III. Criar novos cursos e desenvolver projetos de pesquisa e extensão com foco nos arranjos produtivos e nas necessidades locais e regionais; IV. Normatizar e incentivar a criação de relacionamentos (convênios e parcerias) com o setor produtivo e empresas juniores; V. Aumentar a alocação de recursos financeiros e humanos, permitindo a qualificação do servidor, sensibilização e desenvolvimento de uma cultura de valorização das atividades voltadas à pesquisa e à extensão na instituição.
	4 – Comunicação com a Sociedade.	I. Promover eventos, palestras e ações que aproximem o IFTO da comunidade externa; II. Atualizar permanentemente o portal do campus, buscando melhorar a sua atratividade, a facilitação para a obtenção de informações por parte da comunidade interna e externa e uma maior efetividade na comunicação interna, promovendo a divulgação das ações realizadas no *campus*, como projetos de

		ensino, pesquisa e extensão em curso, a divulgação de chamadas públicas de editais e eventos; IV. Potencializar a alocação de recursos financeiros e de pessoas para o desenvolvimento das atividades e ações propostas no item II.
	9 – Políticas de atendimento aos discentes	I. Criar uma política de valorização e incentivo à participação dos discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em eventos de cunho científico; II. Desenvolver ações que permitam melhor acompanhamento dos egressos e de sua continuidade na instituição, como também de ações que permitam melhor acompanhamento dos discentes com altas habilidades ou baixo rendimento escolar; III. Aumentar e buscar diferentes fontes de captação de recursos financeiros, humanos e estruturais para a ampliação do atual número de auxílios; IV. Disponibilizar novos tipos de auxílios, como também a criação/melhorias e ações pedagógicas que atendam os discentes com dificuldades acadêmicas e altas habilidades de forma satisfatória, como também promover o aumento da atratividade dos cursos ofertados; V. Criar novos cursos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado), permitindo o acompanhamento e a permanência dos egressos na instituição.

6. REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Projetos de Extensão 2018/1**. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proex/projetos-de-extensao/por-ano/projetos-de-extensao-2018.pdf/view. Acesso em: 29 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Projetos de Extensão 2018/2**. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proex/projetos-de-extensao/por-ano/projetos-de-extensao-2018-2.pdf/view. Acesso em: 29 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Disponível em: http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf/view. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior . Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior . Acesso em: 10 jan. 2019.